

PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO RURAL COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

PHOTO: PECOLD / SHUTTERSTOCK



Earth
Innovation
Institute



Instituto
de Pesquisa
Ambiental
da Amazônia



the
green belt
movement



INSTITUTO DEL
BIEN COMÚN



FIELD
Foundation for International Environmental
Law and Development



PARA MAIS INFORMAÇÕES <http://earthinnovation.org/our-work/global/sustainable-tropics-alliance/>
CONTATO Claudia Stickler cstickler@earthinnovation.org



RESUMO EXECUTIVO

- Não existe uma fórmula mágica:** Os compromissos das empresas e dos governos nacionais para reduzir o desmatamento são extremamente difíceis de implementar no campo. Governos, empresas, agropecuaristas, comunidades e a sociedade civil devem unir-se para alcançar a transição para o desenvolvimento rural com baixas emissões (DRBE).
- Muitas regiões ainda carecem de metas de desempenho e níveis de referência:** Acre e Mato Grosso no Brasil e Chiapas no México são exceções importantes.
- Falta de alinhamento entre políticas públicas e iniciativas:** Muitas políticas públicas e iniciativas que influenciam as decisões dos proprietários rurais ainda são conflitantes. Os diálogos com várias partes interessadas poderiam ampliar o apoio aos níveis de referência e metas de desempenho regional consensuais, especialmente se os incentivos para alcançar essas metas fizerem parte da discussão.
- O financiamento de REDD não alcançou a maior parte das regiões:** O financiamento de REDD tem demorado a chegar aos Estados e Municípios, com raras exceções. As políticas e programas nacionais também precisam estar alinhados ao DRBE.
- Os incentivos baseados no desempenho podem ter papel crucial:** Sejam financeiros, normativos ou contratuais, esses sistemas de incentivo podem recompensar o desempenho no nível de propriedades agrícolas e de territórios, pressionando o avanço em direção a metas de desempenho no prazo determinado.
- O monitoramento das florestas é deficiente fora do Brasil:** A maioria dos países desenvolve sistemas de monitoramento das florestas, mas somente o Brasil produz mapas anuais confiáveis de desmatamento e disponibiliza esses mapas na internet. Em breve, outros países poderão fazer o mesmo.
- Os direitos sobre a terra avançaram na América Latina e estão progredindo na Indonésia:** A proteção legal dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais à terra avançou na América Latina. Na Indonésia, uma decisão recente do Tribunal Constitucional acerca dos direitos costumeiros sobre a terra criou uma base para o avanço. Entretanto a defesa das fronteiras em geral ainda é responsabilidade das próprias comunidades.
- Pequenos proprietários negligenciados:** Os pequenos produtores são geralmente excluídos dos processos de DRBE. Devido ao grande número de pequenas propriedades rurais, geralmente sem títulos formais das terras, é mais difícil incluí-los nas iniciativas de mercado e apoiá-los por intermédio de extensão rural ou financiá-los por meio de programas oficiais de crédito.
- Diálogos com várias partes interessadas são desiguais:** Diversas regiões têm em andamento processos que envolvem várias partes interessadas, enquanto outras estão apenas começando. Os povos indígenas e os pequenos proprietários em geral têm menor poder de decisão e influencia que os governos e os atores do setor privado.

CRIAÇÃO DE UMA AGENDA COMUM PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A MUDANÇA CLIMÁTICA NAS REGIÕES TROPICais

- Os impactos das mudanças climáticas afetarão hoje e futuramente mais fortemente as populações rurais que dependem dos bens e serviços ecossistemas para suprirem uma ampla gama das suas necessidades.
- Nas regiões tropicais, a conversão da vegetação nativa em pasto e lavoura é uma faca de dois gumes: é uma maneira das pessoas garantirem ou melhorarem sua condição de subsistência, mas é também responsável por 1/6 das emissões globais de gases do efeito estufa, que podem intensificar os efeitos locais e regionais da mudança climática.
- As regiões tropicais enfrentam um desafio cada vez mais complexo: De que modo as sociedades podem promover com êxito o desenvolvimento rural de uma maneira que melhore o bem-estar local e regional e, ao mesmo tempo, cumprir seu amplo papel no que tange a mitigação das mudanças climáticas e à segurança alimentar?

As mudanças climáticas criaram um grande impacto para as comunidades de todo o mundo, afetando a disponibilidade de água, a segurança alimentar e a produtividade agrícola.¹ Esses impactos serão sentidos com mais intensidade pelas populações rurais cujas vulnerabilidades e exposição à mudança climática quanto maior for sua dependência dos ecossistemas e dos serviços que eles oferecem para atender a uma ampla gama de necessidades. Nesse contexto as regiões com florestas tropicais são especialmente críticas. As populações rurais, historicamente à margem da sociedade dos pontos de vista social, político e econômico, estão ganhando cada vez mais destaque com a crescente atenção internacional para a contribuição que as emissões de gases do efeito estufa (GEE), causadas pelas mudanças do uso da terra – especialmente o desmatamento – têm para as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, essas regiões enfrentam pressões ambientais e sociais cada vez maiores na luta global para atender às crescentes demandas de produção de alimentos, combustíveis e fibras. Os conflitos pelo acesso e o direito à terra e aos recursos naturais, por vezes violentos, atrasam ainda mais o alinhamento de diversos interesses em torno de uma visão de longo prazo sobre o desenvolvimento rural.

AMEAÇAS ÀS REGIÕES COM FLORESTAS TROPICais

Na Amazônia, os criadores de gado, produtores de soja e os agricultores familiares avançam sobre as regiões de florestas no Sul e no Leste, enquanto as empresas de mineração e petróleo abrem novos campos a Oeste.



Na Indonésia, grandes faixas de floresta primária – geralmente em solos de turfa, ricos em carbono – são derrubadas para dar lugar a novas plantações de palma.

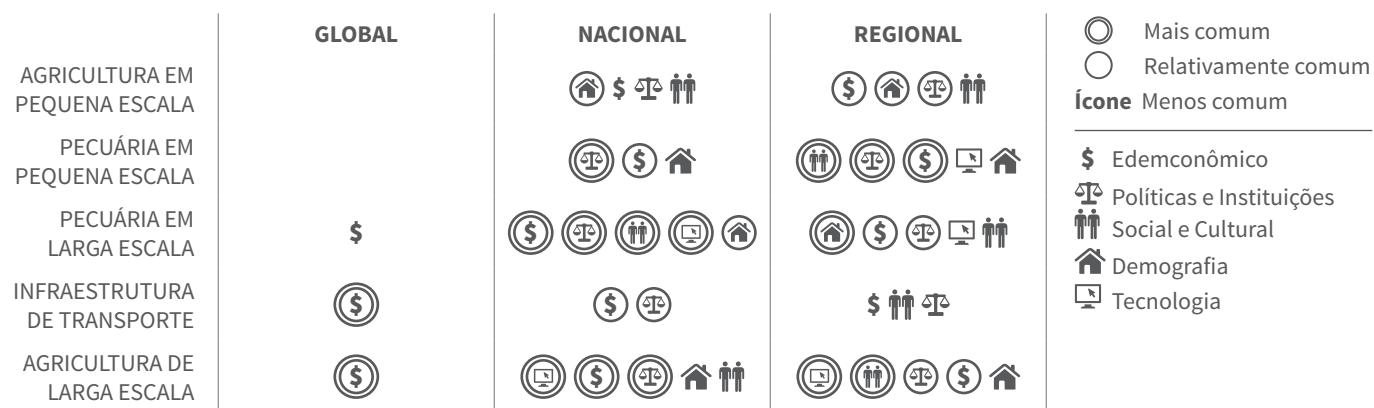


Nesses contextos dinâmicos, o desenvolvimento sustentável e, a adaptação e mitigação da mudança climática podem continuar em contradição. Por um lado, as políticas de mitigação e adaptação ao clima definidas de forma restrita (como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) não necessariamente apoiam agendas de desenvolvimento sustentável e podem até aumentar as desigualdades existentes². Por outro lado, as agendas de desenvolvimento (tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os inúmeros planos nacionais e regionais) têm o

¹ IPCC, 2014: *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (Mudança Climática 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Parte A: Aspectos Globais e Setoriais. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White (editores)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom e New York, NY, USA, 1132 págs.

² Boyd, E., 2009. *Governing the Clean Development Mechanism: global rhetoric versus local realities in carbon sequestration projects*. Environment and Planning (Administrando o Mecanismo do Desenvolvimento Limpo: retórica global vs realidades locais nos projetos de sequestro do carbono. Meio Ambiente e Planejamento) A 41,2380–2395; Sutter, C., Parreño, J., 2007. *Does the current Clean Development Mechanism (CDM) deliver its sustainable development claim? An analysis of officially registered CDM projects* (O atual Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) cumpre sua promessa de desenvolvimento sustentável? Uma análise dos projetos de MDL registrados oficialmente. Climatic Change 84: 75-90).

OS PRINCIPAIS VETORES DO DESMATAMENTO EM OITO REGIÕES TROPICAIS



+ Figura 1 Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes de promoção do desmatamento que podem operar em escala global, nacional ou regional: *Econômico* (mercados, custos/retornos econômicos das atividades de uso da terra, pobreza e choques econômicos); *Políticas e instituições* (políticas formais, políticas climáticas, direitos à propriedade e mudança de regime); *Social e cultural* (atitudes e crenças públicas, comportamento familiar, individual ou empresarial); *Demográfico* (crescimento da população, migração e urbanização); *Tecnologia* (mudanças tecnológicas; fatores de produção agrícola). A variação do mais comum até o menos comum indica o grau com que os fatores subjacentes contribuem para cada um dos impulsos mais significativos de desmatamento na nossa análise de oito regiões de florestas tropicais.

- A agricultura de pequena escala (agricultura e pecuária) é o vetor universal do desmatamento de maior impacto em todas as regiões estudadas.
- As causas subjacentes do desmatamento provocado pelos pequenos proprietários são principalmente demográficas, econômicas e políticas e têm caráter predominantemente regional e nacional.
- A agricultura de larga escala, a pecuária e a infraestrutura de transportes refletem demandas nacionais e regionais de acesso ao mercado global.
- A construção de estradas em direção a novos limites das áreas

de floresta é impulsionada, em grande parte, pelas demandas do mercado e pelos objetivos das políticas nacionais e regionais.

- Fatores econômicos, políticos e institucionais, além de culturais e demográficos, são vetores mais comuns do desmatamento do que os fatores sociais e tecnológicos, exceto no caso da agricultura de larga escala.
- Embora a exploração comercial de madeira, o consumo doméstico de madeira, a produção de carvão e os cultivos ilegais sejam os vetores de alto impacto menos comuns do desmatamento, eles são altamente significativos em alguns países (como Quênia e Colômbia). Em muitas áreas, essas atividades indicam uma fronteira pré-agrícola ativa.

objetivo de melhorar o bem-estar humano sem especificamente focar nas reduções de emissões (embora os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Rio +20 busquem corrigir isso). É amplamente reconhecido que são necessárias transformações fundamentais para atenuar os impactos das mudanças climáticas e forjar novos modelos de desenvolvimento rural adaptáveis ao clima. Contudo, até o momento, os esforços para integrar as políticas climáticas às agendas de desenvolvimento das regiões com florestas tropicais têm sido frustrados pela falta de coordenação e de colaboração entre os setores e esferas de governo, capacidade técnica e visão de longo prazo para o desenvolvimento rural, bem como pelas dificuldades para ligar o financiamento global para mitigação e adaptação à mudança climática às agendas de desenvolvimento locais.³

Em última instância, a gestão dos recursos depende das decisões

do dia a dia tomadas localmente pelos agricultores, pecuaristas, formuladores de políticas públicas, investidores e outros. Porém frequentemente as políticas nas regiões com florestas tropicais são formuladas pela minoria das partes afetadas ou podem ser impostas externamente por atores nacionais ou até internacionais ("de cima para baixo"). Declarações recentes de empresas multinacionais influentes (com o apoio de importantes governos nacionais) – como Unilever, Cargill, IKEA e outros membros do *Consumer Goods Forum* e da Aliança de Florestas Tropicais – para eliminar o desmatamento e os abusos aos direitos humanos de suas cadeias de suprimento receberam muita atenção. Entretanto, esses compromissos por si só são insuficientes. São necessárias abordagens inovadoras e holísticas para integrar os objetivos de mitigação da mudança climática e, adaptação a essas mudanças às preocupações com o bem-estar humano. Essas abordagens, desenvolvidas e adaptadas no âmbito regional e territorial, devem ser pragmáticas e visionárias, envolver todos os setores e, finalmente, fazer parte de uma estrutura de políticas abrangente.

3. IPCC, 2014: *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (Mudança Climática 2014: Impacts, Adaptação e Vulnerabilidade. Parte A: Aspectos Globais e Setoriais. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 1132 pp.



POR QUE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÕES?

UMA ESTRUTURA PARA SOLUÇÕES DE GRANDE ESCALA, DE BAIXO PARA CIMA

- As estratégias de cima para baixo para reduzir o desmatamento e as emissões dos gases do efeito estufa não estão conseguindo influenciar as estratégias de desenvolvimento regional e melhorar o bem-estar.
- São necessárias abordagens inovadoras e holísticas que integrem os objetivos de mitigação e adaptação à mudança climática às preocupações com o bem-estar humano e que envolvam uma série de atores relevantes.
- As soluções para o desmatamento, esgotamento dos recursos pesqueiros e outros desafios devem estar baseadas nas sociedades, economias, políticas e modelos de negócio locais.
- O desenvolvimento rural com baixas emissões (DRBE) é desenvolvimento sustentável, destinado a reduzir os impactos no clima.

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL COM BAIXAS EMISSÕES (DRBE)

- A estabilidade climática mediante reduções das emissões de gases do efeito estufa provenientes das atividades baseadas no uso da terra é um objetivo claro
- Abrange regiões ou territórios (naturais ou político-administrativos)
- Envolve uma série de atores por meio de abordagens multisetoriais e participativas.
- Procura alinhar as políticas, as instituições e as iniciativas para melhorar a governança sobre os recursos naturais
- Reconhece a necessidade de segurança jurídica no território e o papel dos tradicionais guardiões das florestas
- Capacita as instituições locais para conduzirem mudança positiva em larga escala
- Enfatiza abordagens de baixo para cima (bottom up)
- Utiliza pesquisa científica para apoiar a tomada de decisão

O Desenvolvimento Rural com Baixas Emissões (DRBE) é um exemplo dessa nova abordagem na qual a estabilidade do clima é um objetivo claro, que foca as populações rurais e que integra as preocupações com o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente. Os principais objetivos do DRBE são contribuir para a redução das emissões de gases do efeito estufa associadas a mudança do uso da terra (especialmente o desmatamento) e, ao mesmo tempo, fortalecer os atores e as instituições locais para manter os ecossistemas saudáveis, responder à mudança climática, garantir o bem-estar humano e promover sistemas sociais igualitários, além de alcançar o desenvolvimento econômico sustentável. Embora semelhante, em escala e extensão, às iniciativas governamentais de planejamento regional, o DRBE distingue-se por seu foco em abordagens multisetoriais e participativas que incorporam pesquisa robusta aos processos de tomada de decisão, envolvem o setor privado, criam capacitação local e, fortalecem as instituições locais e a sociedade civil para conduzir esta mudança positiva em larga escala. O DRBE também tem um objetivo implícito de garantir que os sistemas tradicionais de gestão de recursos não sejam vítimas do foco predominante no carbono.

OBJETIVO DESTE RELATÓRIO

Neste relatório descrevemos as características do desenvolvimento rural com baixas emissões (DRBE) – uma abordagem territorial ou regional para a sustentabilidade – usando exemplos de oito regiões tropicais. Avaliamos o potencial de cada região para avançar em direção ao DRBE e seu progresso nessa jornada. Identificamos os principais grupos de atores em cada região, descrevemos suas dinâmicas e discutimos os possíveis papéis que cada grupo poderia desempenhar na transição para o DRBE. Identificamos os obstáculos e as oportunidades para o DRBE consolidar-se nestas regiões.

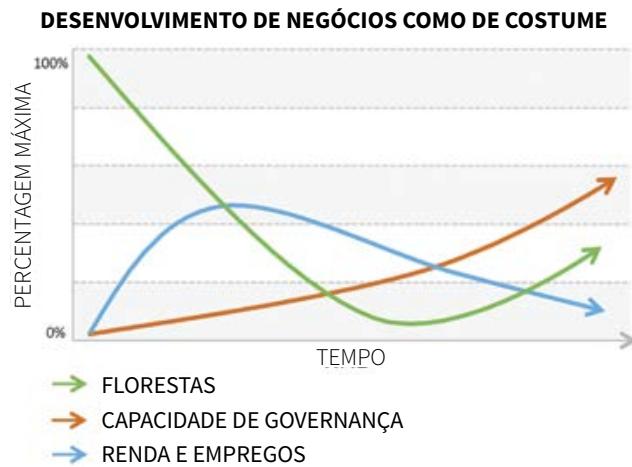
Concluímos com a compilação das principais mensagens do nosso estudo e fornecemos recomendações para serem verificados pelos formuladores de políticas e das partes interessadas.

Ao longo deste relatório fornecemos exemplos extraídos de oito regiões tropicais nas quais os membros da Aliança para

os Trópicos Sustentáveis⁴ estão engajados com várias partes interessadas a fim de desenvolver e implementar estratégias de desenvolvimento rural com baixas emissões em escala territorial ou escalas subnacionais: os estados do Acre, Mato Grosso e o Baixo Amazonas do Pará no Brasil, a Bacia Hidrográfica Pachitea na Amazônia Peruana, o estado de Chiapas no México, a Província de Kalimantan Central na Indonésia, as Cinco Torres de Água no Quênia (Monte Quênia, Cordilheira Aberdare, florestas do Complexo de Mau, Montanhas Cherangani e Monte Elgon) e regiões florestais da Colômbia.

QUAL É O CAMINHO PARA A MUDANÇA?

Os padrões de conversão de florestas para a expansão agrícola e pecuária são considerados previsíveis o suficiente para terem gerado o conceito de "transição florestal" (Figura 2). À medida que as nações ou regiões avançam em sua trajetória de desenvolvimento econômico – geralmente impulsionada pela expansão agrícola e a industrialização – elas tendem a remover a vegetação nativa. Isso traz diversos benefícios associados com o aumento da produção agrícola. Mas também vem acompanhado de muitos impactos negativos, como o aumento das emissões de carbono, alterações na qualidade da água, perda da conectividade entre fragmentos florestais e possível desestabilização dos sistemas hidrológicos e climáticos regionais, aumento da migração das áreas rurais para áreas urbanas (particularmente afastamento das propriedades agrícolas familiares) e, com frequência, maior disparidade de renda e tensão política. Com o tempo, quando as rendas crescerem e a estabilidade política aumentar, o modelo de transição florestal sugere que a cobertura florestal tenderá a aumentar. A tendência geral descreve uma curva de Kuznets para a cobertura florestal.⁵



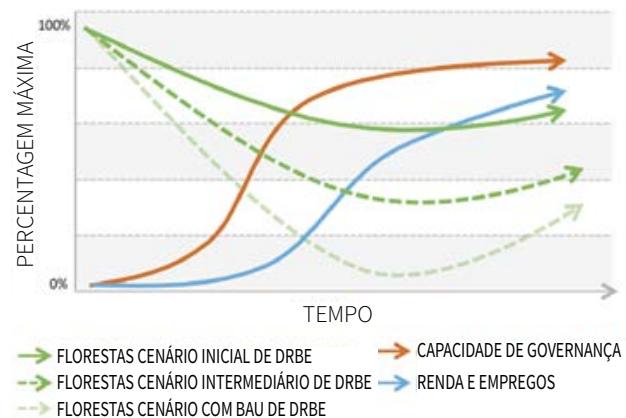
+ Figura 2

⁴ A Aliança para os Trópicos Sustentáveis é uma parceria estratégica de organizações não governamentais independentes que enfocam a promoção do uso sustentável da terra, com baixas emissões e manejo de recursos naturais em importantes regiões dos Trópicos. Os membros fundadores da Aliança são: Earth Innovation Institute (Brasil, Indonésia e Colômbia), Pronatura-Sur (México), Instituto del Bien Común (Peru), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Brasil) e o Movimento Cinturão Verde (Quênia).

⁵ Mather 1992; Rudel 2005

Devido aos impactos negativos de seguir esta tendência e à urgência para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, são preferíveis sistemas agrícolas e de pecuária alternativos mais benignos. Esses sistemas são caracterizados pelas baixas emissões, uso eficiente da água, bom manejo do solo com a produção de pequena e média escala alinhada com os mercados locais e regionais, reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais e indígenas, bem como o apoio aos seus direitos, com proteções contra os conflitos internos e externos existentes. Propõe-se que o modelo DRBE sirva de ponte para esse sistema alternativo, na verdade atenuando a curva de transição florestal (Figura 3). Para aquelas regiões que já removeram áreas significativas da sua cobertura florestal, o objetivo é retardar ou deter o desmatamento, aumentar as produções agrícolas por meio da intensificação e a recuperação da vegetação nativa. Para aquelas regiões que ainda não converteram extensas áreas de floresta ou outra vegetação nativa pastagens e lavouras, o objetivo é semelhante, mas o "limite" da região seria mais alto.

DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÕES



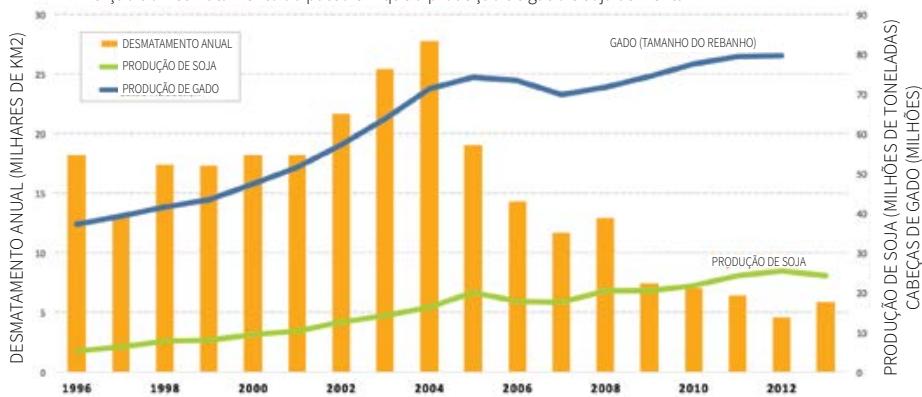
+ Figura 3

A Amazônia Brasileira oferece um bom exemplo, na qual uma região conhecida pela derrubada de florestas em busca de áreas crescentes para pecuária mudou seu curso, reduzindo o desmatamento em 70% entre 2005 e 2013, e aumentando, simultaneamente, a produção de carne e de soja - pilares das economias interna e de exportação do Brasil (Figura 4). Esse é um raro exemplo de região tropical que ainda possui 80% de sua cobertura florestal original e que está apresentando sinais de que é capaz de alterar a trajetória típica da transição florestal. A redução do desmatamento na região foi o resultado de vários fatores que se reforçaram mutuamente, inclusive regulamentações, multas e embargos por atividades ilegais, alteração das condições do mercado, acordos voluntários para eliminar o desmatamento das cadeias de suprimento entre outros, que reduziram a demanda por novos desmatamentos e diminuíram a oferta de áreas devolutas ou precariamente reivindicadas, que é o alvo dos especuladores de terras.⁶ Resta saber se essa diminuição do desmatamento é sustentável. O desafio é aproveitar esse progresso para construir uma estratégia para promover um novo modelo de desenvolvimento rural no qual as medidas punitivas sejam complementadas por incentivos positivos e financiamento em escala para os proprietários de

⁶ Nepstad, D.C. et al. 2014. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains (Retardando o desmatamento da Amazônia por meio de política pública e intervenções nas cadeias de suprimentos de carne bovina e soja). Science 344 (6188): 1118-1123.

AMAZÔNIA BRASILEIRA

Diminuição do Desmatamento ao passo em que a produção de gado e soja aumentam



+ Figura 4

terras, comunidades indígenas, municípios e estados de modo a transformar a transição para o baixo desmatamento em desenvolvimento rural produtivo e sustentável.

PROGRESSO RUMO AO DRBE

Cinco pilares do desenvolvimento rural com baixas emissões

Cinco pilares principais definem o progresso em direção ao DRBE: 1) desenvolvimento econômico sustentável; 2) ecossistemas saudáveis; 3) clima manejável; 4) sistemas sociais igualitários e 5) maior bem-estar (Figura 5).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Os modelos predominantes de produção agropecuária

FINANCIAMENTO ALTERNATIVO PARA PEQUENOS PROPRIETÁRIOS EM CHIAPAS, MÉXICO

As barreiras financeiras podem restringir a capacidade de gestores de recursos em adotar estratégias de subsistência alternativas que ajudem a reduzir as emissões de GEE. Em Chiapas, México, o acesso ao financiamento formal é muito difícil para os pequenos proprietários. Para tratar dessa questão, a Pronatura Sur desenvolveu um programa (Econfía) para ajudar os pequenos proprietários a implementar práticas de manejo de recursos sustentáveis e, ao mesmo tempo, participar de um processo de capacitação que os habilite a acessar os sistemas financeiros formais. Até o momento, o projeto desembolsou 25 empréstimos que afetaram quase 400 produtores locais (agricultores, camponeses, silvicultores), que receberam MEX 2.513.605 (US\$ 192.248) em empréstimos desde 2011.

e desenvolvimento da infraestrutura ocasionam o esgotamento de recursos, diminuição do bem-estar humano e, finalmente, corroem o crescimento econômico permanente.

- O DRBE baseia-se na eficiência do uso de recursos, aumento da produtividade e maior responsabilidade no tocante aos impactos sociais e ambientais.
- Inclui grande diversidade de atores e assegura uma distribuição mais igualitária dos benefícios econômicos para as populações rurais.
- O modelo econômico do DRBE baseia-se em diferentes mecanismos econômicos para fornecer os incentivos positivos ao uso sustentável de recursos que substituem os incentivos negativos às práticas de uso da terra incompatíveis com a agenda do DRBE.

ECOSISTEMAS SAUDÁVEIS

- Essenciais para a redução de emissões e para o bem-estar de milhões de pessoas que dependem dos bens e serviços ambientais.
- As florestas tropicais são particularmente importantes devido aos elevados estoques de carbono, diversidade de espécies, diversidade cultural e outros benefícios indiretos que proporcionam.
- DRBE apoia ou mantém ecossistemas saudáveis, produtivos e diversificados.

REFORESTAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS CRÍTICAS PARA O QUÊNIA

Mais de 90% do abastecimento de água do Quênia é oriundo de cinco montanhas com florestas, também conhecidas como "Cinco Torres de Água". Os rios que correm dessas montanhas geram mais de 50% da eletricidade do país. O Movimento Cinturão Verde está empenhado no reflorestamento dessa região crítica, com ênfase na promoção de um sentimento de responsabilidade coletiva e de vínculo nas comunidades que fazem limites com essas bacias. Sua mudança da abordagem focada em regiões políticas para uma abordagem de bacia hidrográfica é um exemplo dos tipos de intervenções no nível de paisagem que são necessárias para garantir e monitorar os serviços ambientais críticos.



+ Figura 5

CLIMA MANEJÁVEL

- As florestas tropicais desempenham papel fundamental na estabilização dos climas global e regional; a redução das emissões geradas pela mudança no uso da terra (especialmente o desmatamento) e a manutenção das funções da floresta tropical nos regimes pluviométricos são essenciais para a gestão do clima.
- A degradação dos recursos ameaça a estabilidade do clima e a capacidade das pessoas de mitigar a mudança climática e adaptar-se a ela.
- Por meio do DRBE, as estratégias de mitigação da mudança climática e adaptação são utilizadas para trabalhar em conjunto com as políticas de desenvolvimento e estratégias de subsistência alternativas.



SISTEMAS SOCIAIS IGUALITÁRIOS

- As políticas nas regiões de floresta tropical são frequentemente formuladas por uma minoria das partes afetadas ou podem receber imposições externas de atores nacionais ou até internacionais ("de cima para baixo").
- O DRBE busca conciliar interesses conflitantes, solucionar inconsistências entre políticas desconexas e melhorar a fiscalização quanto ao descumprimento generalizado da forma de uso dos recursos naturais.
- Para a concretização do DRBE são necessários a participação verdadeira das diversas partes interessadas, a garantia de direitos aos recursos e o aumento da capacidade de governança das instituições locais.

BEM-ESTAR HUMANO

- O atual modelo de crescimento econômico geralmente marginaliza os setores da sociedade que mais dependem dos recursos naturais para sua subsistência.
- O DRBE busca melhorar o bem-estar daquelas pessoas que vivem em regiões de florestas tropicais assegurando o direito a terra, recursos naturais, e serviços de modo a atender suas necessidades básicas.
- Compreende direitos à autodeterminação para pessoas e comunidades.
- O bem-estar humano deve ser essencial para o DRBE e deve fazer parte de uma ampla abordagem política.

MELHORIA DA CAPACIDADE DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA MONITORAR E AVALIAR SUAS POLÍTICAS DE DESMATAMENTO

Juntos, os estados do Pará, Mato Grosso, Acre e Amazonas são responsáveis por três quartos de todo o desmatamento que ocorre na Amazônia Brasileira. Para apoiar os órgãos ambientais desses estados na implementação de políticas de controle do desmatamento, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) desenvolveu o sistema de monitoramento INDICAR. O IPAM está trabalhando com os formuladores de política e a sociedade civil de cada estado para desenvolver indicadores que permitam avaliar o impacto das políticas estaduais relativas a florestas e uso da terra. Além de melhorar as interações entre os governos federal e estadual no tocante à política de desmatamento, o INDICAR facilita e estimula o intercâmbio e a participação entre as instituições estaduais, inclusive o aumento da percepção sobre a importância do monitoramento, transparência e controle social das políticas de desmatamento.

COMPARTILHAMENTO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS DO CLIMA COM OS TRADICIONAIS GUARDIÕES DAS FLORESTAS TROPICAIS

O Earth Innovation Institute (EII) está trabalhando com parceiros para reunir organizações indígenas, governos subnacionais e o setor privado para desenvolver acordos entre os atores da cadeia de suprimento de produtos básicos, com o objetivo de: (1) alcançar reduções substanciais de emissões de GEE produzidas pelo desmatamento nos trópicos, (2) aumentar a percentagem de produtos agrícolas comercializados no mercado internacional com garantia de serem livres de desmatamento e (3) desenvolver mecanismos inovadores e igualitários para compartilhar os benefícios financeiros do clima vinculado aos guardiões tradicionais das florestas tropicais. Mais recentemente, na Declaração de Rio Branco, os membros da Força-Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas (GCF) comprometeram-se a reduzir o desmatamento em 80% até 2020, exigindo compromissos mais fortes por parte dos governos, empresas e doadores para diminuir o desmatamento e alcançar essa redução. Com o apoio do EII os governos incluíram o compromisso de canalizar uma parcela substancial dos benefícios para comunidades indígenas, tradicionais e outras comunidades que dependem da floresta e vivem em regiões de florestas tropicais.

PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS COMUNIDADES POR MEIO DE "PLANOS DE QUALIDADE DE VIDA" NA AMAZÔNIA PERUANA.

O Instituto del Bien Común (IBC) está trabalhando com a Associação Nacional do Ashaninka do Vale do Rio Pichis (ANAP) para desenvolver um "Plano de Qualidade de Vida", um mecanismo com ênfase específica na gestão sustentável dos territórios indígenas nas esferas local, municipal e regional que ajudará as comunidades a priorizarem suas necessidades no período de dez anos. A ANAP recentemente aprovou por unanimidade a inclusão do IBC como um aliado estratégico na gestão dos recursos da comunidade, um passo importante para a integração dos objetivos do DRBE a iniciativas no campo e no nível jurisdicional no Peru.

O CAMINHO PARA O DRBE

O DRBE deve ser adaptado aos contextos locais, reconhecendo que os atuais paradigmas de desenvolvimento são um produto de histórias específicas e integrando processos sociais e culturais, políticos, econômicos e biofísicos. A abordagem deve ser baseada em evidências e participativa - cada etapa deve ser realizada com a contribuição de várias partes interessadas - bem como com pesquisa e análise rigorosas. O processo de elaboração e implementação dos planos de DRBE nas escalas regional e jurisdicional envolve seis etapas básicas (Figura 6).

PRONTIDÃO PARA DRBE

Avaliamos regiões foco de "Aptidão para DRBE" por meio de pesquisa do status de seis importantes níveis do progresso:

- Políticas:** até que ponto políticas públicas tratam de forma explícita a mudança climática, ou seja, a legislação nacional ou territorial de ação climática, planos ou metas de reduções de emissões dos GEE e/ou redução dos índices de desmatamento. Além disso, examinamos a capacidade institucional para implementar planos de ação para a mudança climática, alinhamento das políticas de DRBE com outras políticas de desenvolvimento agrícola, florestal e econômico, além de conformidade com as políticas.
- Iniciativas inovadoras de DRBE:** a extensão e abrangência de programas e iniciativas inovadoras que apoiam a transição para DRBE entre pequenos produtores, comunidades indígenas e tradicionais, além de produtores de commodities, assim como iniciativas de REDD+, programas de agricultura sustentável, mesas-redondas sobre commodities e esquemas de certificação de cadeias de suprimentos.
- Financiamento de DRBE:** refere-se ao nível e à origem do financiamento para os tipos de programas e iniciativas de DRBE, como REDD+, Pagamentos de Serviços Ambientais e linhas de crédito para agricultura sustentável e pecuária.
- Monitoramento:** o grau em que as regiões criaram plataformas para o monitoramento de indicadores ambientais e/ou sociais, juntamente com linhas de base ou "níveis de referência" que possam servir de fundamento para um sistema territorial destinado a monitorar o progresso rumo ao DRBE.
- Segurança jurídica dos indígenas e da comunidade.** Os povos indígenas e comunidades tradicionais são reconhecidos como importantes guardiões florestais. Avaliamos até que ponto os direitos sobre a terra dos povos indígenas e das comunidades são reconhecidos e garantidos.
- Partes interessadas:** Nossa teoria de mudança está alicerçada na ideia de que diversas partes interessadas devem participar do diálogo para desenvolver uma visão consensual para o DRBE. Como uma medida da aptidão para DRBE, avaliamos até que ponto existem processos envolvendo as partes interessadas nas regiões alvo.



+ Figura 6

PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE APTIDÃO PARA DRBE

- Muitos territórios ainda carecem de metas de desempenho e níveis de referência:** Metas e níveis de referência de âmbito nacional relacionados à mudança climática foram criadas para várias das regiões estudadas; entretanto, existem poucas de âmbito subnacional, exceto o Acre e Mato Grosso no Brasil e Chiapas no México.
- Falta de alinhamento das políticas públicas:** A fragmentação de políticas, a falta de capacidade institucional e os baixos índices de conformidade são obstáculos significativos para o alcance dessas metas e avanço e rumo ao DRBE. Muitas dessas deficiências são sistêmicas e exigirão grande esforço e vontade política para serem superadas.
- O financiamento de REDD não alcançou a maior parte das regiões:** Mais voltado para os mecanismos de financiamento nacionais e processos lentos, o financiamento de REDD tem demorado a alcançar os territórios subnacionais, com a importante exceção do Fundo Amazônia do Brasil, o programa "REDD Early Movers" da Alemanha e o Estado do Acre.
- Muitas peças do DRBE estão montadas, mas separadas por métricas:** As regiões têm várias iniciativas que podem ser

aproveitadas e interligadas para alcançar o DRBE, inclusive iniciativas de REDD+, certificação baseada em mesas-redondas sobre commodities e outras normas e programas sustentáveis para agricultura e pecuária. Muitas iniciativas de desmatamento criaram definições e métricas de sucesso independentes, impedindo o seu alinhamento. O Sistema de Desempenho Territorial do Brasil pode servir de modelo para a obtenção desse alinhamento.

- O monitoramento de florestas é deficiente fora do Brasil:** A maioria das nações desenvolve sistemas de monitoramento de florestas, mas somente o Brasil disponibiliza mapas anuais confiáveis do desmatamento. Esse sistema oficial de monitoramento foi muito útil para a diminuição do desmatamento no Brasil.
- Os direitos à terra avançaram na América Latina e estão progredindo na Indonésia:** A proteção legal dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais à terra está mais avançada na América Latina, enquanto na Indonésia uma decisão recente do Tribunal Constitucional acerca dos direitos costumeiros sobre a terra oferece uma base para o progresso. Apesar do progresso feito na América Latina, as proteções legais ainda são frágeis e as comunidades estão sós no combate à

+ Tabela 1 Resumo da prontidão para DRBE nas regiões

	ACRE BRASIL	CENTRAL KALIMANTAN INDONÉSIA	CHIAPAS MÉXICO	CINCO TORRES DE ÁGUA QUÊNIA	BAIXO AMAZONAS BRASIL	MATO GROSSO BRASIL	PACHITEA PERU
Políticas	●	●	●	○	○	●	○
Iniciativas inovadoras de DRBE	●	●	●	●	●	●	●
Finanças de DRBE	●	●	●	●	●	●	●
Monitoramento	●	○	○	○	●	●	●
Segurança Territorial dos Indígenas e da Comunidade	●	○	●	●	●	●	●
Partes interessadas	●	●	●	○	●	●	●
Prontidão geral para DRBE	●	●	●	○	●	●	●

● INICIAL ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

A FORÇA-TAREFA DOS GOVERNADORES PARA CLIMA E FLORESTAS

A parceria mais importante do mundo para fortalecer os programas de DRBE nos estados e províncias tropicais é a Força-Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas (GCF). Seus 26 estados e províncias membros incluem 1/4 das florestas tropicais do mundo. A GCF foi lançada no contexto da política climática da Califórnia em 2008. Com estados membros no Brasil, Peru, Indonésia, México e Nigéria, a GCF tem sido um laboratório para políticas e abordagens inovadoras de diminuição do desmatamento, sem deixar de aumentar a produção agrícola. Em 2013, foi estabelecido o Fundo da GCF, canalizando quase US\$ 1 milhão em subsídios em apoio aos governos membros da GCF em menos de um ano. Vinte e seis dos estados e províncias da GCF anunciaram a Declaração de Rio Branco na Cúpula do Clima de Nova York, em 23 de setembro de 2014, com a promessa de reduzir o desmatamento em 80% até 2020 se houvesse parcerias de empresas e financiamento adequado. Esse compromisso resultaria em uma redução de quase 4 bilhões de toneladas de emissões até 2020.

invasão por grileiros e exploradores de madeira. A garantia dos direitos de posse de terra para aqueles que se encontram nas linhas de frente da conservação ambiental será fundamental para o progresso em direção ao DRBE.

- **Diálogos com várias partes interessadas são desiguais:** Diversas regiões têm em andamento processos que envolvem várias partes interessadas, enquanto outras estão apenas começando. Os povos indígenas e os pequenos proprietários em geral têm menos poder de influência do que os governos e os atores do setor privado (Figura 7). Os processos com várias partes interessadas devem incluir não somente aqueles atores que geralmente são excluídos do diálogo sobre mudança climática, mas também os atores mais influentes que decidem não se sentar à mesa das negociações.

QUEM ESTÁ ENVOLVIDO EM DRBE?

Abordagens com várias partes interessadas, explícitas e participativas, que empoderam os atores locais, inclusive os grupos marginalizados, são críticos para produzir uma transição para o desenvolvimento rural com baixas emissões. Os processos de DRBE devem incluir uma série de atores com interesses diferentes, por vezes conflitantes, em seus processos de tomada de decisão relacionados com a agricultura, desmatamento e uso da terra de modo mais geral.

Num modelo conservador de desenvolvimento rural, os atores tendem a ter as seguintes características:

- **Governos** (nacionais, estaduais, locais) formulam leis, políticas e programas, fazem cumprir a lei e prestam serviços às comunidades rurais e outros grupos. Com frequência sua eficácia é prejudicada pela falta de alinhamento entre as esferas de governo e entre os órgãos, a aplicação da lei é deficiente e/ou corrupta e sujeita a ciclos políticos. Eles também são frequentemente "prisioneiros" de minorias dominantes que acumulam riqueza apoderando-se dos recursos naturais.
- **Agricultura, silvicultura e extração:** Produtores de larga escala e empresas geralmente têm elevado capital, são politicamente influentes e geralmente opõem-se à agenda do REDD+ ou do DRBE.
- Os **pequenos proprietários** são fundamentais pois são em geral importantes produtores de alimentos para o consumo local, contudo geralmente eles não têm acesso a crédito, tecnologia e outros recursos para fazer os investimentos necessários em suas propriedades, o que reduziria seu impacto sobre as florestas e serviços ambientais correlatos.
- **Povos indígenas, comunidades tradicionais** e outros guardiões tradicionais das florestas continuam a ser importantes defensores das florestas e de ecossistemas saudáveis, pois suas subsistências e culturas dependem deles. São com frequência marginalizados pelo planejamento governamental centralizado e pelos interesses e atividades privadas (ex.: agricultura, exploração de madeira desenvolvimento de





+ Figura 7

infraestrutura) e podem estar sujeitos a invasões dos seus territórios.

- Os programas e estratégias de **instituições financeiras e investidores privados** influenciam os tipos de produção rural e atividades de infraestrutura que serão financiados.

- Sociedade civil** (organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa) oferecem continuidade de longo prazo (ex.: quando as administrações governamentais mudam), pressionam os governos para cumprirem suas obrigações, influenciam a opinião pública por intermédio da mídia e mobilizam de grupos de base, além de fornecer educação e treinamento para desenvolver recursos humanos críticos.

Em uma pesquisa em oito regiões, Governo, Finanças e representantes da agricultura de larga escala tenderam a ter o maior impacto no desmatamento e consequente mudança na cobertura da terra, bem como o grau mais elevado de influência sobre a tomada de decisão (Figura 7).

O pequeno proprietário rural ou a agricultura familiar foi de modo geral classificada como o elemento de maior impacto em termos de mudança na cobertura da terra (exceto em Mato Grosso). O nível do poder de tomada de decisão desse grupo variou muito entre as regiões. Eles são classificados como os que têm poder mínimo em Mato Grosso e Colômbia, mas com elevado grau de influência em Kalimantan Central e Quênia.

Em geral, os povos indígenas foram classificados como tendo poder mínimo a moderado para influir nas decisões, embora seu impacto no desmatamento

variasse muito. Em algumas regiões, (Chiapas e a Bacia Hidrográfica do Pachitea), comunidades indígenas e tradicionais são geralmente semelhantes a agricultores de pequena escala ou familiares e, assim, foram classificados como tendo alto impacto no desmatamento. Em outras, seu impacto foi relativamente baixo (Mato Grosso, Acre, Colômbia).

Grupos da sociedade civil, como organizações não governamentais e acadêmicos variaram significativamente tanto no seu impacto no desmatamento, quanto no seu poder de influenciar a tomada de decisão.

Identificamos as mudanças necessárias de comportamento ou função de cada grupo de atores para apoiar a mudança do atual modelo de desenvolvimento rural (Figura 8).

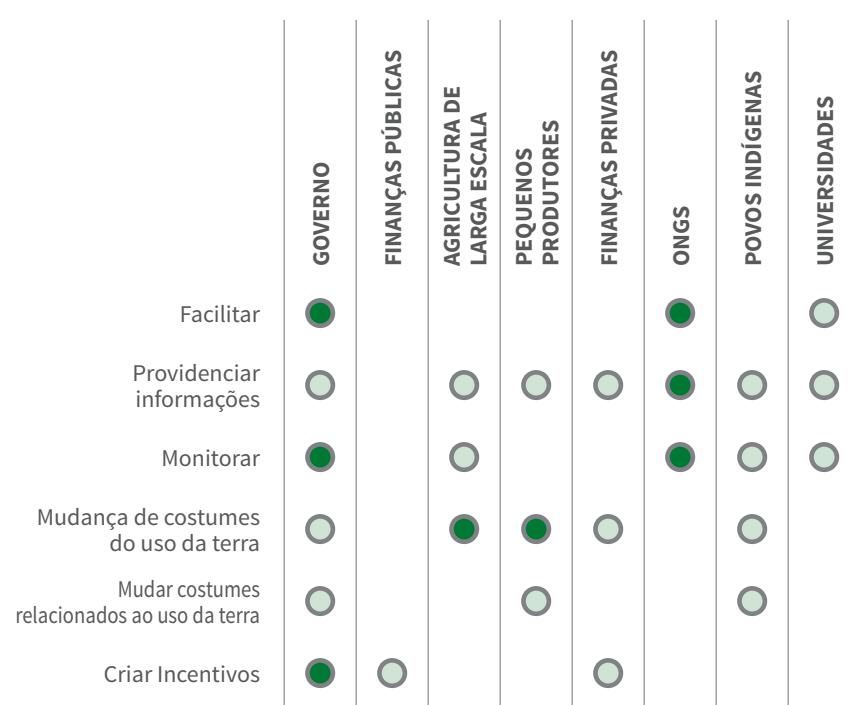
- Governos:** Para facilitar a transição para DRBE, os governos e atores políticos devem compreender os benefícios do DRBE e fornecer liderança para ampliar a base de apoio político e ultrapassar as barreiras entre órgãos públicos para alcançar a integração e o alinhamento entre setores e ministérios importantes (agricultura, silvicultura, meio ambiente, clima, reforma agrária, transporte, energia, finanças).

- Agricultura, silvicultura e extração em larga escala:** Produtores individuais de larga escala e empresas podem rapidamente inovar e mobilizar recursos financeiros quando identificam uma oportunidade lucrativa em sistemas de produção rural. Um crescente número dessas empresas está se esforçando para ampliar sua produção de modo a ser consistente com o DRBE. Essa liderança é um importante elemento para a mudança dos sistemas de produção e/ou

+ Quadro 2

POSSÍVEIS FUNÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS NA TRANSIÇÃO PARA DRBE

Círculos escuros significam potenciais papéis das partes interessadas identificados em todas as oito regiões. Círculos mais claros significam aqueles identificados em quatro ou mais regiões.





extração em setores inteiros, assumindo o compromisso de abdicar do desmatamento e reduzir a degradação das florestas enquanto fazem os investimentos e inovações tecnológicas necessários para alcançar maior produção enquanto mantêm e recuperam os ecossistemas, solos e cursos d'água.

- **Pequenos proprietários:** Eles precisam de apoio técnico e financeiro para fazer a transição para a baixa emissão, e sistemas de produção altamente rentáveis quando adotarem novas tecnologias e praticarem melhor gestão da propriedade.
- **Povos indígenas e comunidades tradicionais** devem ser empoderados para participar das discussões e processos de planejamento que produzam melhorias em seu sustento; suas reivindicações legítimas de territórios e recursos naturais devem ser reconhecidas e defendidas.
- **Instituições financeiras e investidores** podem eliminar políticas que promovam uso da terra e extração não sustentáveis; identificar pontos de entrada claros para agricultores e outros para o acesso ao capital voltado para a produção sustentável e desenvolver instrumentos financeiros inovadores para financiar as mudanças nos sistemas de produção e extração que são o âmago do DRBE.
- **Atores da sociedade civil** geralmente devem tornar-se mais pragmáticos e basear-se em evidências nas suas intervenções estratégicas em apoio ao DRBE à medida que aprimorem sua capacidade de facilitar a transição, reunir múltiplos atores, interagir com setores corporativos e apoiar processos políticos.

OBSTÁCULOS E OPORTUNIDADES PARA DRBE

OBSTÁCULOS

1. **Os programas de desenvolvimento rural são imediatistas.** As visões predominantes de desenvolvimento rural nos países com florestas tropicais concentraram-se na utilização dos

recursos naturais, reforma agrária e integração econômica. As políticas ambientais e de mudança climática de âmbito nacional entram em conflito com as políticas que buscam promover o desenvolvimento econômico. O modelo DRBE busca integrar as políticas com uma visão de mais longo prazo para o desenvolvimento regional.

2. **Os impulsos do desmatamento não estão sendo abordados de forma adequada pelos programas de mudança climática e os programas de desenvolvimento não estão abordando adequadamente a mudança climática.** As abordagens de cima para baixo não estão conseguindo desacelerar os vetores mais críticos do desmatamento nas regiões com florestas tropicais, que normalmente são os mercados e as políticas regionais e nacionais. As soluções para o desmatamento e as crescentes emissões de GEE deveriam estar fundamentadas nas culturas, economias, políticas e modelos de negócios locais. Isso significa prestar atenção em como os recursos florestais dão suporte ao bem-estar dos diversos atores e fornecer incentivos apropriados para a conservação das florestas.
3. **Os pequenos agricultores foram deixados fora do diálogo sobre DRBE.** Os agricultores de pequena escala representam atores fundamentais na mudança do uso da terra em muitas regiões de florestas tropicais, uma vez que convertem as florestas para agricultura, pastos, extração de madeira para combustível e construção a fim de obter segurança alimentar e garantir o seu bem-estar.
4. **Ir além dos projetos para uma mentalidade territorial.** As iniciativas de DRBE não podem ser alcançadas com uma mentalidade baseada em projetos, na qual o nível de envolvimento dos governos é minimizado. A visão de DRBE deve unir iniciativas entre regiões inteiras através de, indicadores comuns de sucesso e com as metas apoiadas por incentivos positivos (acesso ao mercado, crédito, incentivos regulatórios).
5. **As proteções legais para terras indígenas e comunidades tradicionais são frágeis.** Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são reconhecidos como grandes defensores das florestas na maioria das regiões e foi feito muito progresso no reconhecimento dos seus direitos. No entanto, esse progresso é frágil e ainda tem escopo limitado.

OPORTUNIDADES

1. **Grande potencial para aumentar a produção agrícola, melhorar os meios de subsistência e, ao mesmo tempo, restaurar as paisagens tropicais.** O Brasil, com sua recente redução no desmatamento concomitante com o aumento da produção agrícola, demonstrou o enorme potencial de sucesso. Praticamente todas as regiões avaliadas neste relatório conseguiram aumentar a produção agrícola nas terras desmatadas por décadas e, ao mesmo tempo, diminuir a expansão agrícola para as áreas florestais.
2. **Metas nacionais e regionais de mudança climática têm o potencial de fortalecer as políticas públicas.** A vontade e o impulso político gerados pelas recentes metas nacionais e regionais assumidos em relação a mudança climática nos países com florestas tropicais devem ser fortalecidas por meio de ligações com investimentos maiores, criação de empregos e benefícios à reputação da região. As metas a serem

alavancadas devem criar planos de ação, atrair investidores e promover o diálogo entre diversos grupos em relação a como atingir esses objetivos.

3. **Oportunidades de consenso em torno da nova visão de desenvolvimento.** As mudanças políticas, tais como a nova constituição do Quênia e as mudanças de regime em nível jurisdicional no Brasil, apresentam oportunidades para o desenvolvimento de DRBE como uma plataforma política que combine crescimento econômico, mitigação da mudança climática e inclusão social.
4. **A corrida em prol das cadeias de suprimento de commodities com desmatamento zero.** Existe um impulso crescente no setor privado, em relação a produtores de commodities, que querem eliminar o desmatamento de suas cadeias de suprimento, assim como um maior reconhecimento de que essas metas só serão alcançadas por meio da colaboração com os governos regionais. As iniciativas de cadeias de suprimentos sustentáveis foram eficazes em lugares como o Brasil e deverão ter um impacto em Kalimantan Central. No entanto, elas também correm o risco de afastar investimentos e excluir os pequenos proprietários que dependem da agricultura de desmatamento e queimadas.
5. **Processos com várias partes interessadas estão em desenvolvimento.** Liderados por atores estaduais e da sociedade civil, esses processos apresentam enormes oportunidades de envolver os atores na elaboração de modelos de DRBE de relevância regional. Como a nossa análise de partes interessadas demonstra, os grupos de atores

que existem níveis variáveis de poder de decisão e impacto no desmatamento da região; desse modo, é preciso considerar uma variedade de atores nos processos com várias partes interessadas.

6. **Sistemas territoriais de monitoramento em andamento.**

Esses sistemas constituem um primeiro passo essencial para promover o diálogo entre diversas partes interessadas, estabelecer definições de sucesso e níveis de referência compartilhados em relação às reduções de emissões, e criar incentivos baseados no desempenho em escalas regionais e não nacionais. São particularmente poderosos quando associam avaliação de riscos corporativos, avaliação de riscos das instituições financeiras e programas governamentais.

DRBE E AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

O DRBE oferece uma estrutura para a implementação holística da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) *in loco*, que atende às necessidades e realidades rurais. Ao se alinhar e aprimorar a UNFCCC, o DRBE pode ajudar a superar desafios à implementação, tanto em relação à ampliação de REDD+ como à agricultura sustentável. As Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs) têm potencial para serem ferramentas particularmente importantes para a implementação de DRBE. Por exemplo, NAMAs agrícolas podem complementar as políticas de REDD+ e ajudar a apoiar uma abordagem de DRBE integrada e holística, em âmbito nacional ou territorial. O acordo climático de 2015, a ser concluído em Paris no próximo ano, poderá facilitar e incentivar o DRBE. Nesse intervalo, as NAMAs podem tornar-se importantes nos processos internos como uma ferramenta estratégica de apoio às transições para DRBE.

RUMO A UM MODELO GLOBAL DE DRBE

Os paradigmas dominantes de desenvolvimento rural nos trópicos poderiam mudar para uma visão de desenvolvimento mais holística e de longo prazo a fim de enfrentar a mudança climática e manter as populações rurais. O Desenvolvimento Rural com Baixas Emissões (DRBE) é um modelo em evolução para concretizar essas metas, abordando os desafios globais da mudança climática e do suprimento de alimentos por meio de estratégias adaptadas à região que enfocam as principais necessidades e preocupações da sociedade regional. O caminho a seguir para DRBE apresenta muitos desafios, mas poderia ser acelerado por meio de um conjunto mais amplamente compartilhado de metas de desempenho – incluindo níveis de referência regionais – que sejam reforçados por um sistema de incentivos.





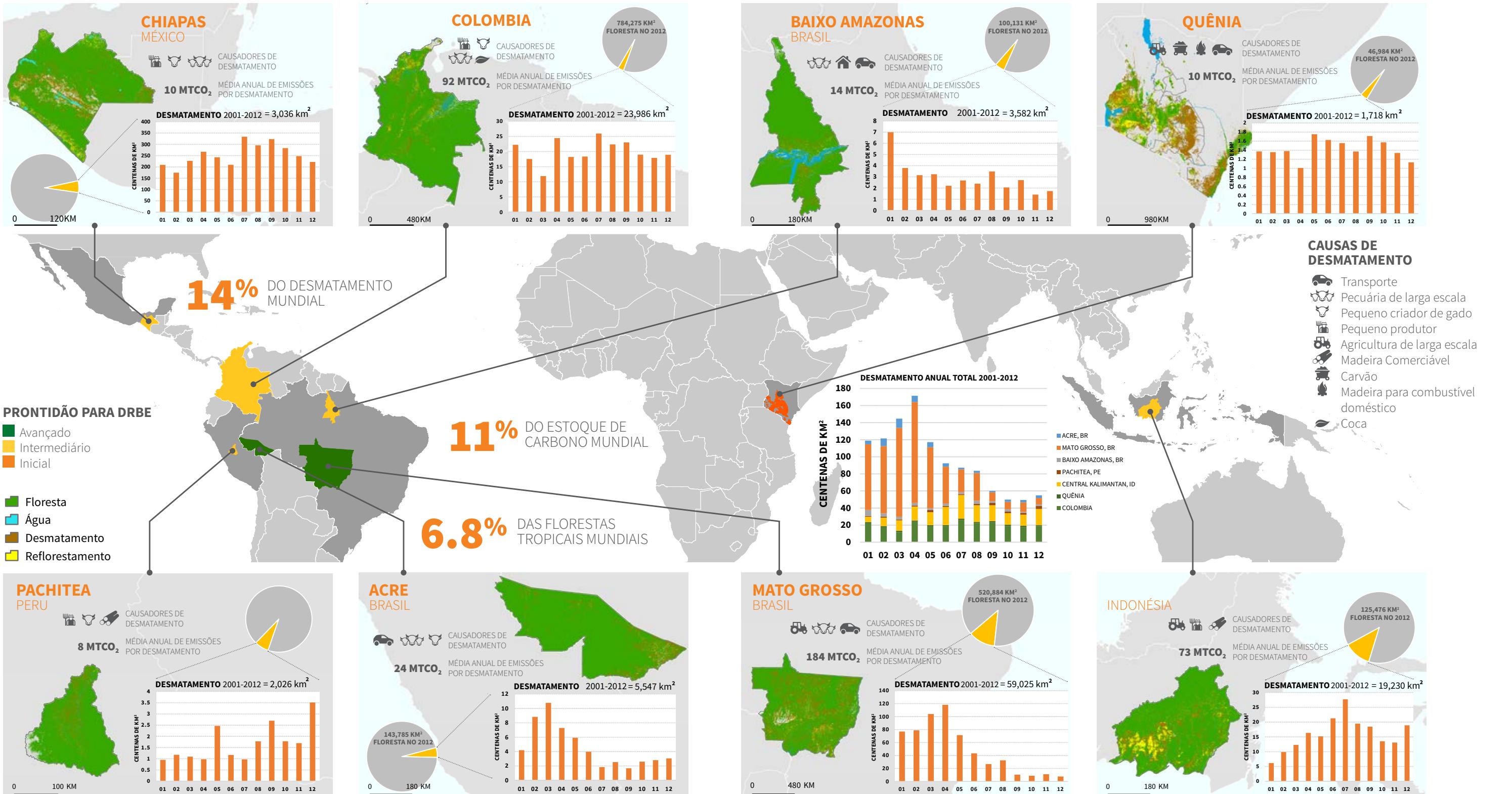
MENSAGENS PRINCIPAIS

- **Importância do governo subnacional:** Os governos subnacionais estão mais próximos dos produtores e das comunidades que usam a terra e geralmente têm poderes substanciais para moldar o comportamento dos usuários da terra – principalmente em nações grandes como o Brasil, Indonésia e México.
- **Sem fórmulas mágicas:** O DRBE terá êxito quando várias iniciativas convergirem para metas de sucesso amplamente consensuadas. Os compromissos das empresas para reduzir o desmatamento em suas cadeias de suprimento de commodities, os compromissos nacionais para reduzir as emissões, os sistemas de incentivos financeiros e as políticas internas, isoladamente são insuficientes para promover a transição para DRBE, a menos que estejam interconectados.
- **O verdadeiro trabalho está para começar:** Os caminhos do desenvolvimento rural são lutas conturbadas que em geral envolvem elites poderosas e baixa capacidade de governança. No entanto, está sendo feito um progresso importante para mudar esse cenário em várias regiões.
- **Predominância de vetores nacionais e regionais do desmatamento:** Na maioria das regiões, o mercado global e os fatores globais correspondentes não são a causa principal de desmatamento e degradação.

- **Pequenos proprietários abandonados:** A maior parte das regiões ainda não está incluindo os pequenos proprietários no DRBE de uma forma eficaz.
- **Falta de níveis de referência:** Existe um imenso potencial para unificar o desmatamento discrepante e as iniciativas de DRBE em torno de níveis de referência jurisdicionais, com o progresso monitorado e relatado anualmente.
- **REDD com efeito ainda limitado:** Na maioria das jurisdições, REDD+ teve pouca influência nos principais vetores do desmatamento; o financiamento de REDD+ ainda não chegou a muitas regiões.
- **Principal função dos incentivos baseados no desempenho:** Uma contribuição essencial de REDD+ para DRBE são os incentivos baseados no desempenho que existem entre as jurisdições.
- **DRBE é tecnicamente viável:** Em todas as regiões existe um enorme espaço para aumentar a produção agrícola e os meios de subsistência e, ao mesmo tempo, restaurar o cenário natural.

AS REGIÕES DO ESTUDO E SUA APTIDÃO PARA O DRBE

Todos os dados sobre desmatamento e cobertura florestal são de Hansen *et al.*¹, com exceção dos relativos às regiões brasileiras, que são do PRODES². Os dados sobre as emissões e estoques de carbono do relatório são calculados usando-se um conteúdo médio de carbono nas florestas para a parte coberta da região calculada a partir de Baccini *et al.*³.



1 M. C. Hansen *et al.*, Mapas Globais de Alta Resolução da Mudança da Cobertura Florestal no Século XXI. *Science* 342, 850 (2013).

2 INPE. (<http://www.obt.inpe.br/prodes/>) 2013.

3 A. Baccini *et al.*, Estimated carbon dioxide emissions from tropical deforestation improved by carbon-density maps. *Nature Climate Change*, 2(3), 182–185 (2012), doi:10.1038/nclimate1354.

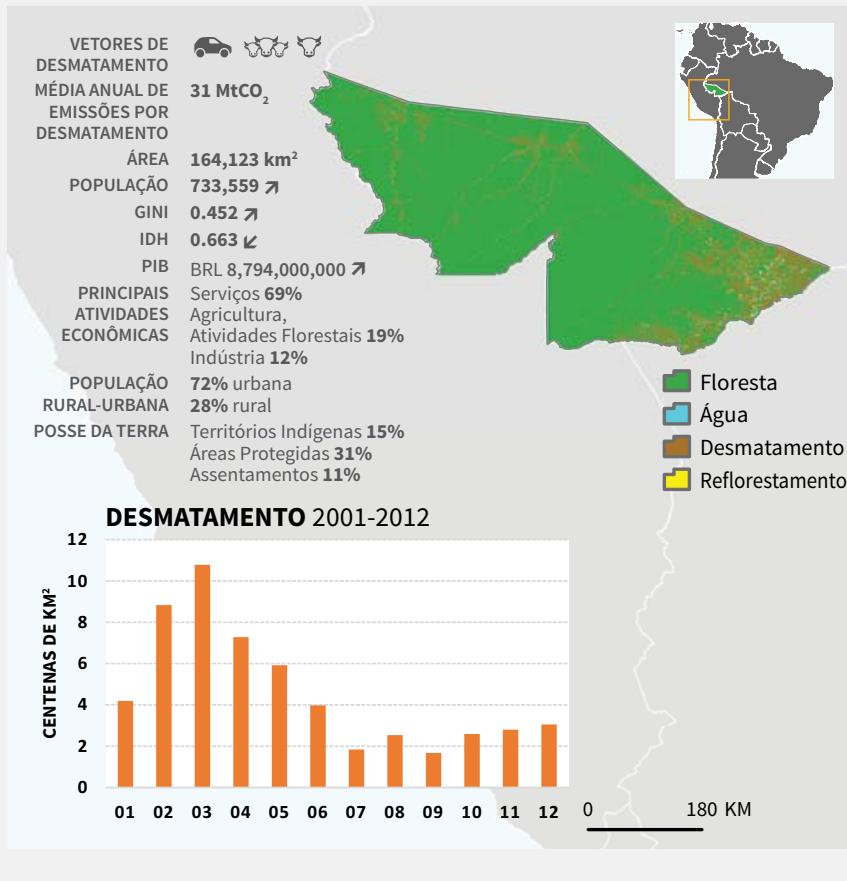
destaque em acre

PHOTO MARTIN VALIGURSKY / SHUTTERSTOCK

VISÃO GERAL DO DRBE

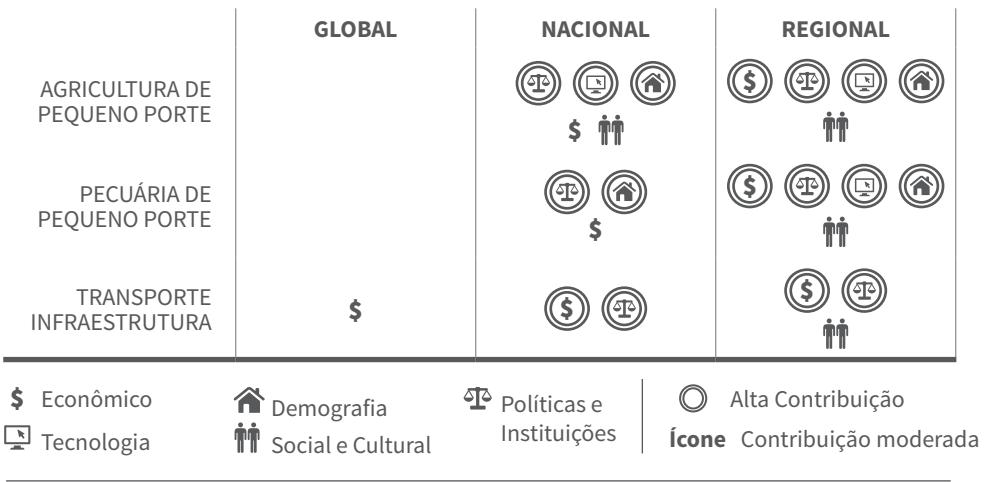
Um dos programas de âmbito estadual mais avançados do mundo de apoio à transição para DRBE

- Estrutura jurídica de incentivos para serviços ambientais (SISA)
- Negociações público-privadas intermediadas pela "Empresa de Desenvolvimento de Serviços Ambientais"
- Gestão florestal para produção de madeira com ampla certificação FSC
- Fluxo de fundos para povos indígenas
- Movimentos populares fortes
- Próximo de obter validação de acordo com a norma VCS de REDD jurisdicional e aninhado
- Salvaguardas Socioambientais de REDD implementadas
- Pouco progresso com pequenos proprietários



IMPULSORES DO DESMATE

- Com a diminuição do desmatamento das florestas por parte de operações pecuárias de larga escala, os pequenos proprietários tornaram-se os principais impulsionadores imediatos do desmatamento
- Os pequenos proprietários estão concentrados nos assentamentos de reforma agrária
- O Acre pavimentou a rodovia BR-364, abrindo novos cenários para colonização
- O Acre é vulnerável a graves episódios de seca e incêndios florestais



Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsionadores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsionadores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE FINANÇAS DE DRBE SISTEMAS DE MONITORAMENTO SEGURANÇA DA POSSE DA TERRA PARTES INTERESSADAS	<ul style="list-style-type: none"> Legislação estadual avançada para fornecer incentivos para proteção de serviços ambientais (SISA) Altos níveis de aplicação e conformidade Plano de zoneamento ecológico/econômico do uso da terra de âmbito estadual aprovado <ul style="list-style-type: none"> Empresas que não agredam a floresta Recebimento do subsídio "REDD Early Movers" da Alemanha, comprometendo-se a alocar 70% das receitas para as comunidades Validação do REDD+ Jurisdicional e Aninhado (JNR) segundo o critério VCS; estabelecimento de critérios socioeconômicos da iniciativa REDD+ <ul style="list-style-type: none"> Alocação progressiva das receitas tributárias (ICMS Verde) para recompensar os municípios com altos níveis de áreas protegidas <ul style="list-style-type: none"> Sistema de monitoramento do desmatamento em florestas em nível nacional (PRODES) Sistema de monitoramento do desmatamento em nível estadual (UCGeo) Instituições em âmbito estadual que regulamentam e monitoram o SISA <ul style="list-style-type: none"> Direitos dos indígenas e das comunidades às florestas assegurados pela Constituição Brasileira Mais de 50% do estado é designado como áreas protegidas, reservas indígenas ou assentamentos agrários <ul style="list-style-type: none"> Alto nível de diálogo entre a sociedade civil e o governo do estado por meio de processos de planejamento de REDD jurisdicional A participação do setor privado ainda é limitada
--	---

● INICIAL ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

- A pavimentação de uma rodovia que inclua uma ligação para a costa do Pacífico poderia criar novas pressões de desmatamento
- A participação de produtores pecuários em larga escala e de assentamentos da reforma agrária em DRBE ainda é modesta

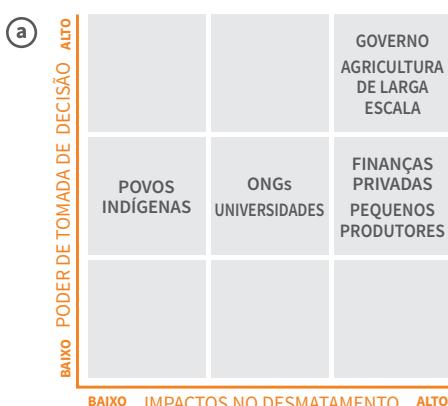
OPORTUNIDADES

- O Acre pode ser o primeiro a atrair investimentos por meio do programa de REDD da Califórnia, se for implementado
- O setor pecuário poderia continuar a expandir a produção de carne bovina nos pastos existentes por meio da intensificação

PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

O Governo do Acre liderou um grande processo de várias partes interessadas na sua agenda de DRBE de âmbito estadual com a criação da sua legislação do SISA e do processo de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

A lei do SISA institucionaliza a consulta no seu programa de DRBE por meio de um organismo governamental/sociedade civil permanente, a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), que já está em funcionamento



Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sob o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE

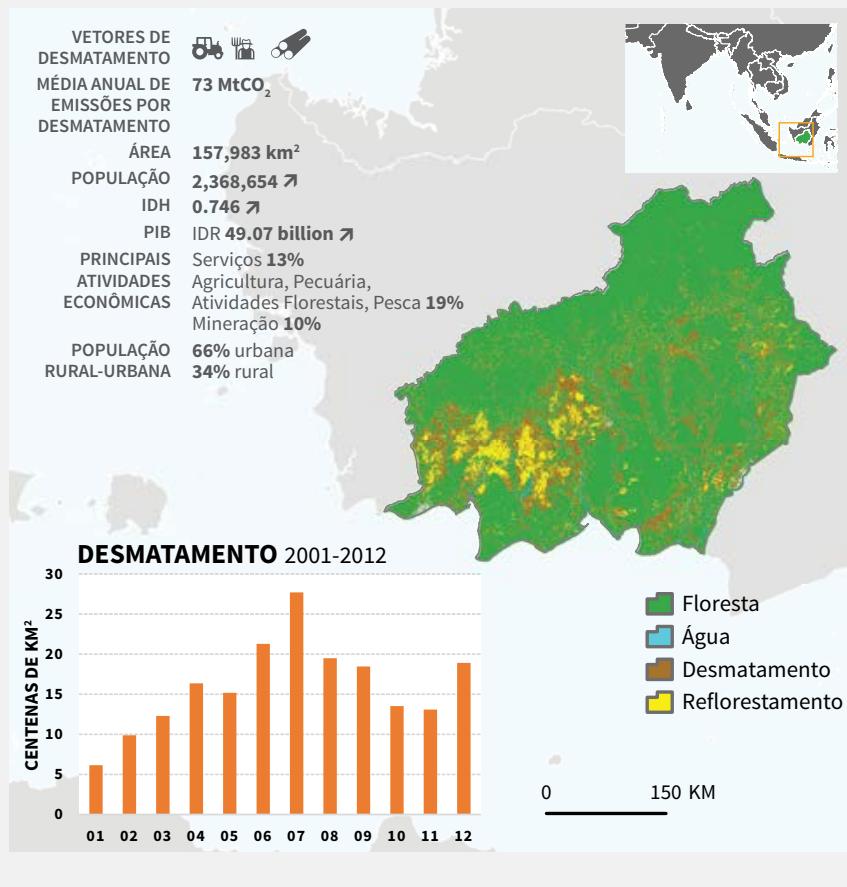




destaque em kalimantan central

VISÃO GERAL DO DRBE

- Terceiro maior produtor de óleo de palma da Indonésia.
- O desmatamento diminuiu em 2012
- Província-piloto de REDD+ com financiamento de US\$ 1 bilhão da Noruega
- Os pequenos proprietários continuam amplamente ignorados pela agenda de desmatamento
- Membro da Força-Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas (GCF)
- Principais iniciativas inovadoras:
 - Regulamentação de plantações sustentáveis: Decreto da Província 5/2011
 - O Roteiro do Governador para o Baixo Desmatamento e Desenvolvimento Produtivo estabelece uma meta de reduzir o desmatamento em 80% até 2020 e, ao mesmo tempo aumentar a participação dos pequenos proprietários de 11% para 20% da produção total



IMPULSORES DO DESMATAMENTO

- A maior parte do desmatamento de Kalimantan Central está ligada aos mercados globais de produção de madeira, polpa e óleo de palma
- A produção agrícola de semi-subsistência também impulsiona o desmatamento



\$ Econômico

⌚ Tecnologia

⌚ Demografia

⌚ Social e Cultural

⌚ Políticas e Instituições

⌚ Alta Contribuição

⌚ Contribuição moderada

Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS		<ul style="list-style-type: none"> Metas nacionais ambiciosas para reduzir as emissões em 26% por conta própria e 41% com assistência internacional Falta de integração entre as metas de mudanças climáticas e políticas de desenvolvimento econômico que impulsionam a expansão das palmeiras de dendê Legislação provincial (Perda 5) que fornece a estrutura para a indústria sustentável do óleo de palma
MECANISMOS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Moratória Florestal Nacional de 2011 Região-piloto para o programa REDD das Nações Unidas (UN-REDD) e o comprometimento da Noruega Iniciativas de Cadeias de Suprimentos Sustentáveis, tais como a RSPO, envolveram muitas empresas de óleo de palma
FINANÇAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Recursos de REDD ainda não chegaram no chão
SISTEMAS DE MONITORAMENTO		<ul style="list-style-type: none"> O sistema de monitoramento de desmatamento do Ministério da Silvicultura está incompleto, mas poderia facilmente ser melhorado Sistema de monitoramento de plantações lançado para o distrito de Kotawaringin Barat
SEGURANÇA DA POSSE DA TERRA		<ul style="list-style-type: none"> A legislação recente oferece oportunidades para assegurar os direitos às terras da comunidade Conflitos de terras são comuns quando são feitas concessões para plantações ou extração de madeira em terras comunitárias
PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS		<ul style="list-style-type: none"> O Roteiro de Kalimantan Central para Desenvolvimento Rural com Baixo Desmatamento fornece a base para um processo incipiente com várias partes interessadas

INICIAL INTERMEDIÁRIO AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

- Custos de oportunidade:** Cerca de 2,4 milhões de ha de florestas poderiam ser legalmente desmatadas e convertidas para a produção de óleo de palma
- Certificação:** O zoneamento inconsistente do uso da terra complica os planos das empresas de estabelecer reservas florestais
- Incentivos:** Ausência de incentivos positivos para os agricultores e governos locais empenhados em sustentabilidade
- Exclusão dos pequenos proprietários:** Assistência técnica insuficiente para as comunidades Dayak e outros pequenos proprietários participarem da indústria lucrativa de óleo de palma

OPORTUNIDADES

- Direitos às terras da comunidade:** As novas regras do Tribunal Constitucional determinam que todas as terras consuetudinárias sejam excluídas das florestas controladas pelo estado. Essa regulamentação cria a oportunidade para a titularidade das terras consuetudinárias e o empoderamento das comunidades
- Sistema On-line de Monitoramento de Plantações** lançado, facilitando o monitoramento do desmatamento e de incêndios, e permitindo que o Governo avalie as empresas quanto ao comprometimento e desempenho.
- Compromissos** de grandes empresas multinacionais em relação a produtos com desmatamento zero.

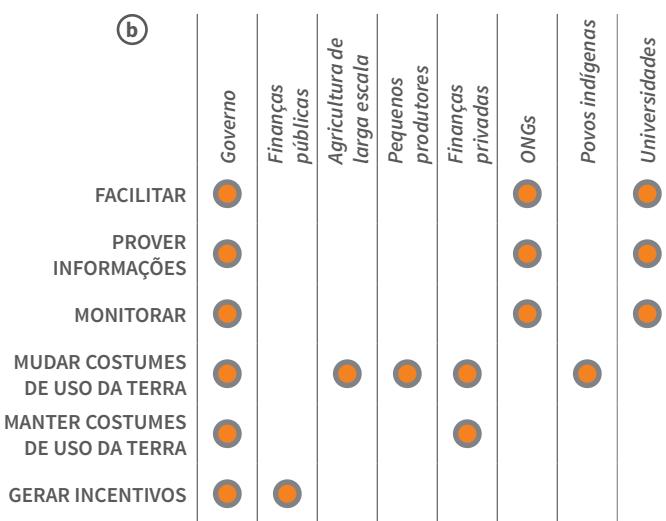
PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

- O diálogo de REDD provincial tem tido dificuldades para obter a participação das empresas de óleo de palma
- Os diálogos globais sobre sustentabilidade, tais como a Mesa-Ronda sobre Óleo de Palma Sustentável, não têm o envolvimento de nenhum governo

- Existe uma necessidade e oportunidade para um processo com várias partes interessadas em nível provincial que vincule a lógica de cadeias de suprimento sustentáveis com as políticas internas



Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sob o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE

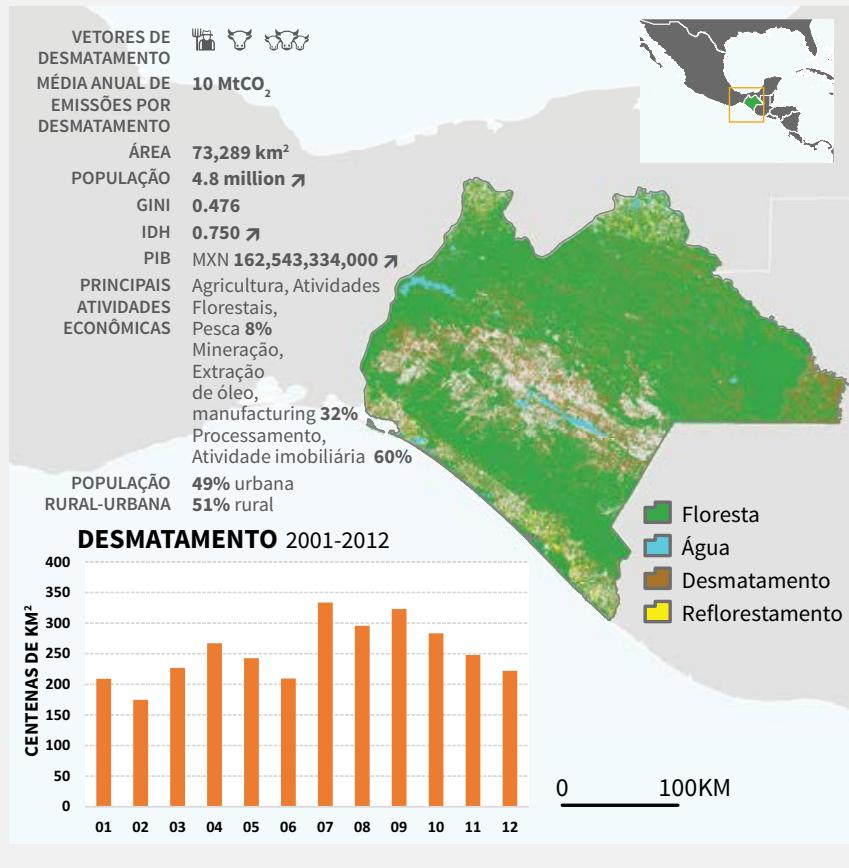




destaque em chiapas

VISÃO GERAL DO DRBE

- Jurisdição com grande diversidade ecológica e cultural, com mais de um quarto da população indígena
- A maioria das pessoas vive em áreas rurais, com a expansão da agricultura e da criação de gado impulsionando a conversão das florestas
- O desmatamento e a degradação são responsáveis por 57% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do estado
- Um dos estados mais avançados do México em termos de prontidão para DRBE, com metas estaduais de emissões, planos de ação para a mudança climática e coordenação entre os setores
- Em 2010, Chiapas assinou um Memorando de Entendimento com o estado da Califórnia para vincular os programas de REDD jurisdicional com o programa de limitação e comércio da Califórnia



IMPULSORES DO DESMATAMENTO

- Os principais impulsores são a conversão de florestas em pastos e plantações, responsáveis pela maior parte das emissões de GEE do estado
- Os subsídios e as políticas estaduais promovem o desmatamento para a expansão da agricultura e da pecuária extensiva
- O cultivo da palmeira de dendê cresceu de 13.861 ha em 2000 para 48.685 em 2013¹, representando uma nova ameaça para as florestas



Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

1 Servicio de Información Agroalimentaria y Pesquera, México

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS		<ul style="list-style-type: none"> A Lei de Adaptação e Mitigação da Mudança do Clima em âmbito estadual fornece a estrutura para a coordenação entre os setores Políticas e incentivos concorrentes para atividades que impulsionam o desmatamento (ex., criação de gado) Falta de capacidade de monitoramento e aplicação
INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Diversas experiências com iniciativas de silvicultura de carbono voluntária, REDD+ e PES, algumas de longo prazo Atualmente, as ações de REDD+ estão acontecendo somente em uma das regiões de Chiapas.
FINANÇAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Os investimentos estaduais inovadores para reduzir as emissões (ex., imposto estadual sobre veículos para financiar projetos de REDD+) foram desarticulados Nenhum orçamento específico foi alocado para políticas de DRBE ou sistemas de monitoramento
SISTEMAS DE MONITORAMENTO		<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento de mudanças na cobertura florestal em âmbito nacional Uma metodologia de monitoramento em nível estadual alinhada com o sistema nacional de monitoramento está em desenvolvimento, mas falta financiamento Sistema nacional de monitoramento de salvaguardas ambientais para REDD em desenvolvimento
SEGURANÇA TERRITORIAL DOS INDÍGENAS E DA COMUNIDADE		<ul style="list-style-type: none"> Direitos às terras comunitárias reconhecidos pela constituição do México Os direitos às terras comunitárias fornecem a estrutura institucional para a governança ambiental local Forte mobilização social das comunidades indígenas
PARTES INTERESSADAS		<ul style="list-style-type: none"> Pouca coordenação entre diversos setores Os governos estadual e municipais consomem energia negociando com setores individuais Falta uma plataforma para a criação de um consenso entre os grupos

INICIAL INTERMEDIÁRIO AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

- O setor de agricultura em pequena escala carece de alternativas de subsistência e assistência técnica, e muitos agricultores dependem de programas conduzidos pelo estado e incentivos que promovam a conversão das florestas
- Rápida expansão da palmeira de dendê, representando ameaças diretas e indiretas para as florestas. Ao mesmo tempo, oportunidades potenciais de integrar os produtores em cadeias de suprimento sustentáveis
- Lento progresso no desenvolvimento de um plano jurisdicional coeso de REDD ou DRBE que pudesse ser ligado ao mercado voluntário de carbono da Califórnia

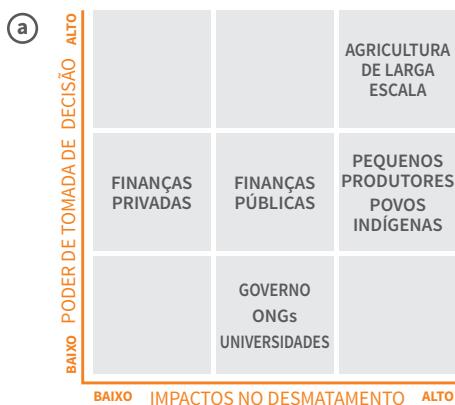
OPORTUNIDADES

- A maior parte do estado ainda tem florestas; esta é a hora de obter os incentivos certos, principalmente para o setor de agricultura de pequena escala
- O sistema de concessões de terras comunitárias oferece uma estrutura institucional sólida para incluir os pequenos proprietários e as comunidades indígenas em um modelo de DRBE jurisdicional
- O Memorando de Entendimento entre Chiapas e a Califórnia é uma grande oportunidade de estimular um mercado voluntário de carbono, embora isso dependa de vontade política

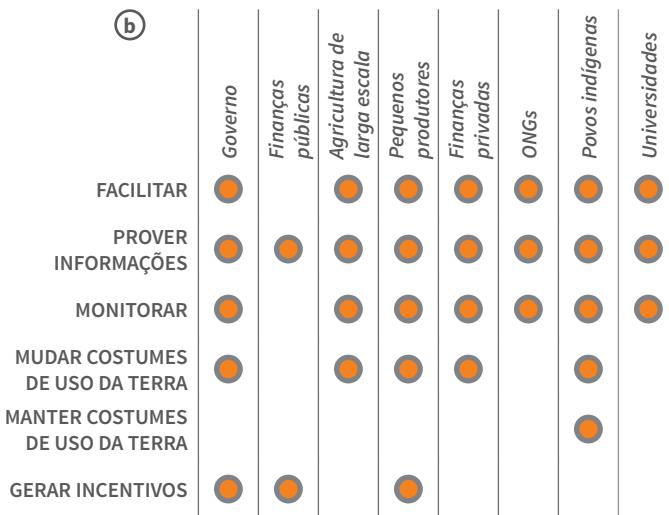
PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

- Diversos setores com pequena ou nenhuma história de colaboração
- Os governos sub-regionais gastam energia e recursos negoclando com diferentes setores, prejudicando sua capacidade de alinhar interesses e agendas

- Os processos existentes são liderados por atores da sociedade civil, com participação limitada do setor privado, que carece de incentivos para incorporar práticas de baixas emissões em seus esquemas de produção



Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sobre o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE

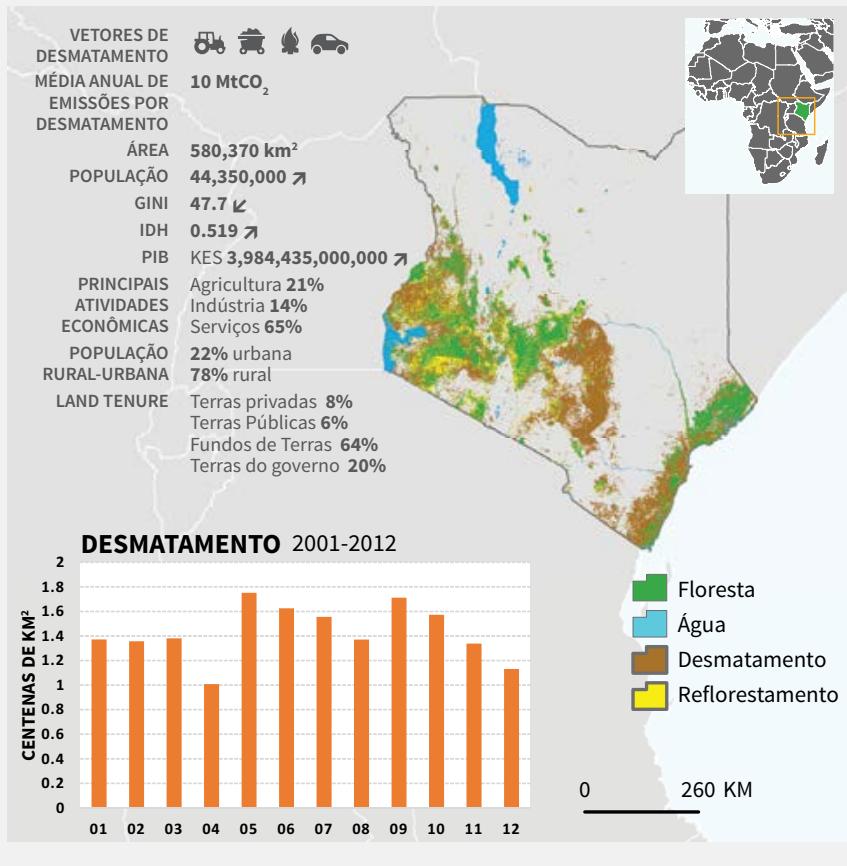




destaque em quênia

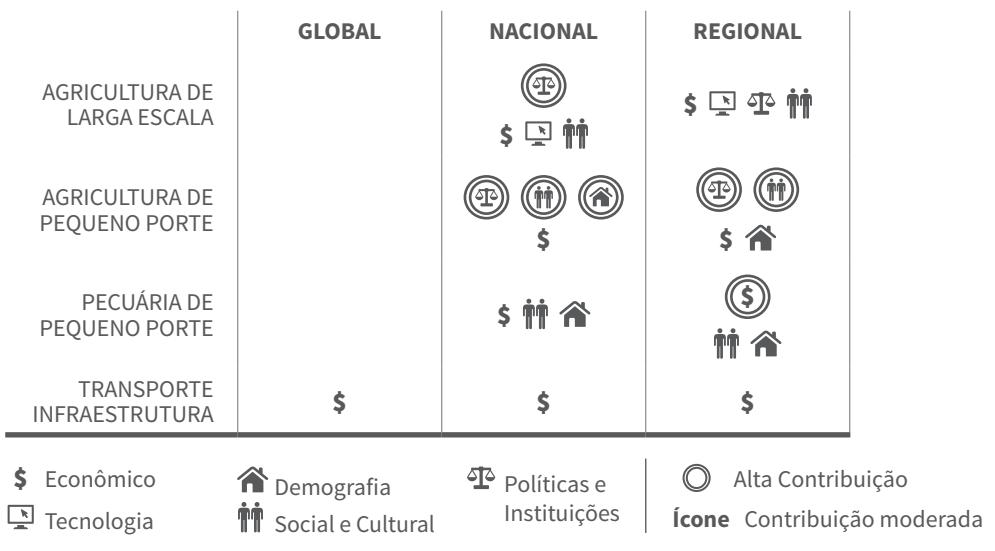
VISÃO GERAL DO DRBE

- A Constituição de 2010 estabeleceu uma meta de aumentar a cobertura de árvores para 10%
- O projeto econômico do Quênia, Visão 2030, planeja proteger as cinco principais áreas de captação de água (Monte Quênia, Aberdares, Mau, Cherangani e Monte Elgon) por meio do apoio a outros setores básicos da economia
- Vários instrumentos e políticas legislativas (Política Fundiária, Projeto de Políticas Ambientais, Estratégia Nacional e Planos de Ação em Resposta à Mudança Climática, Código Florestal e Lei de Gestão e Coordenação Ambiental) interagem para informar a abordagem jurídica do país para o manejo de recursos naturais



IMPULSORES DO DESMATAMENTO

- A falta de alternativas para o combustível de madeira juntamente com o crescimento da população urbana e rural impulsionam o consumo de lenha e carvão pelas famílias
- O crescimento da população aumenta a demanda por alimentos básicos produzidos por pequenos proprietários, enquanto a migração expande a derrubada de florestas
- As políticas do governo aceleram a expansão da agricultura em larga escala (incluindo chá, trigo e milho), incentivada pela situação de terras florestais protegidas que não se enquadram oficialmente como áreas protegidas (incluindo a Área da Floresta Mau)



Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS		<ul style="list-style-type: none"> A Constituição de 2010 estabeleceu uma meta de aumentar a cobertura de árvores para 10% A visão atual do desenvolvimento (Quênia - Visão 2030) está baseada em uma mudança da agricultura de subsistência para o agronegócio que pode contrariar o modelo DRBE A recente reorganização das instituições governamentais pode ajudar a alinhar as políticas e os setores
INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Muitas iniciativas REDD: projetos voluntários de carbono, projetos de MDL Participação do setor privado com a certificação de produtos básicos (chá) limitada Falta de coordenação entre projetos
FINANÇAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Diversas fontes de financiamento internacionais, bilaterais e multilaterais, a maioria vinculadas a REDD+
SISTEMAS DE MONITORAMENTO		<ul style="list-style-type: none"> Sistema nacional de responsabilização do carbono e banco de dados de mudanças na cobertura florestal em desenvolvimento
SEGURANÇA TERRITORIAL DOS INDÍGENAS E DA COMUNIDADE		<ul style="list-style-type: none"> Embora a posse da terra das florestas governamentais publicadas seja clara, as terras comunitárias ainda estão vulneráveis A recém-criada Comissão Nacional de Terras procura esclarecer e fortalecer os direitos da comunidade à terra
PARTES INTERESSADAS		<ul style="list-style-type: none"> Alguns processos em andamento que giram em torno do clima e das florestas (o Grupo de Trabalho sobre o Clima do Quênia, o fórum de grupos interessados na floresta Mau e o grupo de trabalho sobre as Florestas do Quênia) Conduzidos pela sociedade civil, com pouca ou nenhuma representação do setor privado

INICIAL INTERMEDIÁRIO AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

- A Descentralização** da governança das florestas para as comunidades ainda está nos estágios iniciais e poucos planos de gestão foram aprovados, limitando as opções de gerenciamento das comunidades
- A Capacidade Técnica Limitada** para desenvolver e executar o monitoramento impede a implementação eficaz das estratégias de REDD+ e DRBE
- A Participação do Setor Privado** nos processos com várias partes interessadas relativos a REDD+ e DRBE ainda é limitada

OPORTUNIDADES

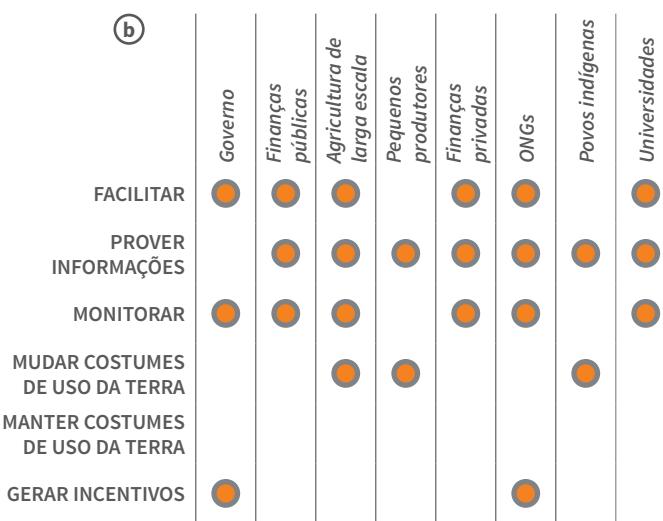
- Código Florestal:** a nova política florestal nacional oferece novos incentivos para a governança das florestas e melhora a aplicação
- Potencial Hidrelétrico:** A populosa região costeira do Quênia depende da água gerada na região das Cinco Torres, o que a torna um ponto central para iniciativas e políticas inovadoras de desenvolvimento
- Nível de Referência Nacional:** Um roteiro para a criação de um nível de referência e um sistema de monitoramento nacionais está em andamento

PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

Três processos com partes interessadas estão abordando assuntos relacionados com DRBE na região das Cinco Torres, que é um ponto central da política nacional. Eles incluem o Grupo de Trabalho sobre a Mudança Climática no Quênia, o Fórum de Partes Interessadas de Mau e o Grupo de Trabalho das Florestas do Quênia. Todos esses processos envolvem o governo, as comunidades locais e representantes da sociedade civil, mas ainda não integram o setor privado.



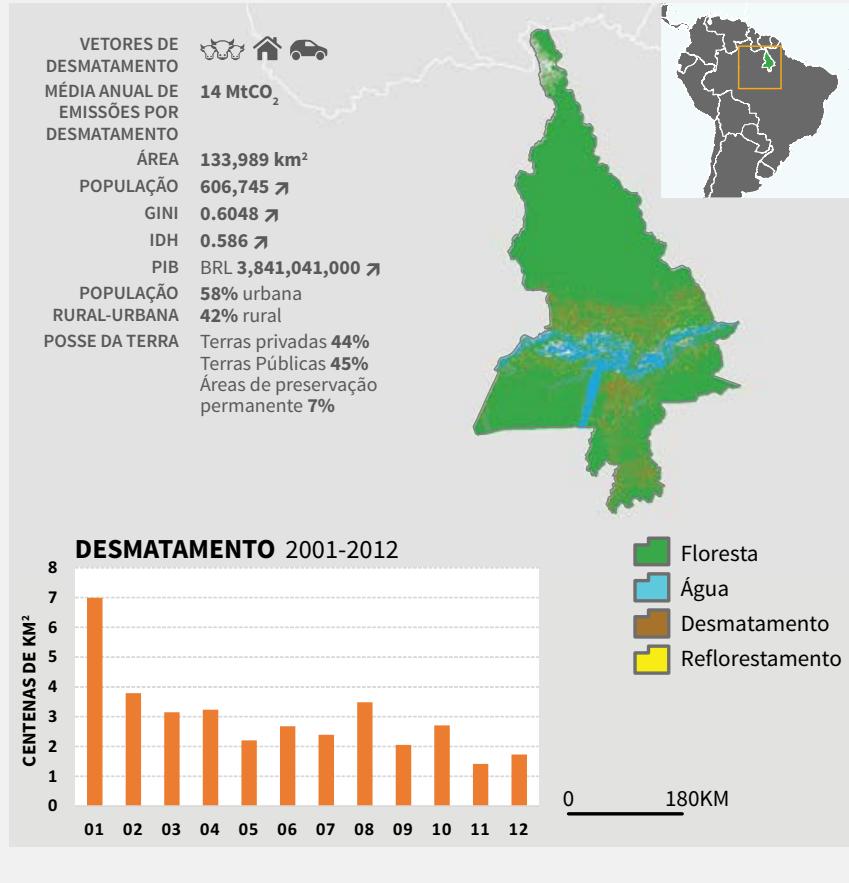
Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sob o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE



destaque em baixo amazonas

VISÃO GERAL DO DRBE

- O Pará comprometeu-se com uma redução de 80% no desmatamento até 2020
- O desmatamento diminuiu 68%, embora o rebanho de gado tenha aumentado
- Mais de 70.000 propriedades estão agora no CAR (Cadastro Ambiental Rural), o maior número de registros no Brasil
- Iniciativas Inovadoras
 - O Programa Municípios Verdes (PMV) do Pará fornece incentivos financeiros aos proprietários para que eles reduzam as taxas de desmatamento e se cadastrem no CAR. Participação de 90% dos municípios do Baixo Amazonas
 - O Fórum Paraense de Mudanças Climáticas visa a definir uma estrutura jurídica para REDD+
 - Sistema de Zoneamento Ecológico-Econômico do Uso da Terra aprovado



IMPULSORES DO DESMATE

- O uso da terra pelos pequenos proprietários, a criação de gado e a demanda global por soja e grãos impulsionam o desmatamento
- Os projetos de infraestrutura de transportes aumentam a migração para as áreas fronteiriças
- Os agricultores do sul que migram para o norte levam com eles seus sistemas de produção de grãos em larga escala
- A baixa adesão a novas tecnologias contribui para os baixos rendimentos e uma maior expansão agrícola



Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS	●	<ul style="list-style-type: none"> Uma lei estadual sobre mudanças climáticas está paralisada As metas das políticas específicas dos setores em geral contrariam as metas da política nacional de mudança climática
INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE	●	<ul style="list-style-type: none"> Programa Municípios Verdes, agricultura de baixo carbono (ABC) e iniciativas de silvicultura sustentável com níveis variáveis de adoção Apoio estadual limitado para o cumprimento de acordos tais como o Programa Municípios Verdes
FINANÇAS DE DRBE	●	<ul style="list-style-type: none"> A adoção dos pequenos proprietários a linhas de crédito para agricultura de baixo carbono é limitada devido às altas taxas de juros Os fundos públicos para o clima e PES farão parte da lei estadual de mudança climática, se aprovada
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	●	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do desmatamento disponível para a Bacia Amazônica Nenhum sistema de monitoramento de nível estadual
SEGURANÇA TERRITORIAL DOS INDÍGENAS E DA COMUNIDADE	●	<ul style="list-style-type: none"> Os assentamentos ou reservas formais de colonos abrangem grande parte da região A maioria dos assentamentos de colonos ainda não concluiu o processo de licenciamento ambiental
PARTES INTERESSADAS	●	<ul style="list-style-type: none"> Tradição de mobilização de bases em apoio a causas sociais e ambientais Os processos regionais de planejamento participativo do uso da terra incluem a BR-163, os Territórios da Cidadania e o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da área de Santarém

● INICIAL ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

O desmatamento não está sob controle em todo o estado

- Pouca percepção dos benefícios mútuos que poderiam ser obtidos com a redução do desmatamento
- Os pequenos proprietários são deixados fora da agenda de desmatamento e os assentamentos do INCRA (reforma agrária) não têm apoio adequado
- O programa PMV é muito dependente dos interesses políticos dos prefeitos
- Capacidade precária do estado para monitorar e fazer cumprir o Código Florestal
- Os projetos de infraestrutura, tais como a represa de Belo Monte, estão estimulando a colonização e o desmatamento

OPORTUNIDADES

- O programa PMV engloba cerca de 3/4 dos municípios do Pará, o que indica compromissos para reduzir o desmatamento e cumprir o Código Florestal
- A continuidade do PMV aumentou porque o governador Jatene foi reeleito e o Fundo da Amazônia forneceu R\$ 82 milhões
- Grande esforço do estado para registro no CAR; >50% das propriedades do estado já estão no CAR
- Potencial para integrar melhor as organizações de pequenos proprietários a estratégias para reduzir o desmatamento

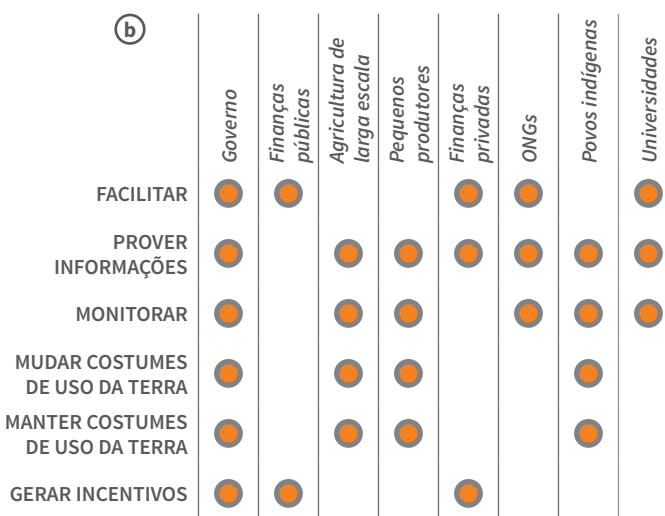
PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

- Falta de diálogo com as diversas partes interessadas de todo o estado sobre DRBE
- Os processos regionais de planejamento participativo na rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) resultaram no programa BR-163 Sustentável em 2005; ainda não totalmente implementado

- Forte histórico de mobilização de bases ao longo da Rodovia Transamazônica
- O setor de carne bovina foi integrado no planejamento regional em alguns municípios, mas em geral informalmente



Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sob o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE

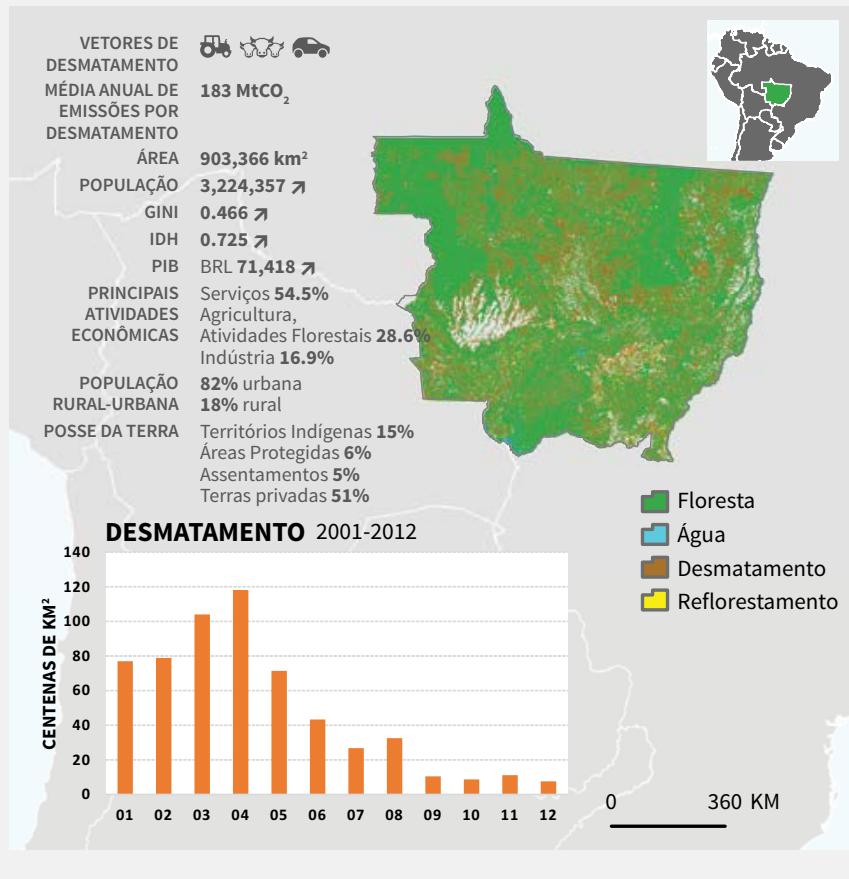




destaque em mato grosso

VISÃO GERAL DO DRBE

- Potência agrícola do Brasil, o Mato Grosso contribuiu com metade dos 70% de redução no desmatamento da Amazônia, aumentando, ao mesmo tempo, a produção de soja e carne bovina
- O desmatamento do estado diminuiu 90% em 2012
- Se fosse uma nação, o Mato Grosso seria um dos principais contribuintes para a mitigação da mudança climática; mas não recebeu financiamento para o clima
- Os pequenos proprietários continuam amplamente ignorados pela agenda de desmatamento
- Principais Iniciativas Inovadoras:
 - Ampla legislação de REDD em todo o estado, aguardando implementação*
 - Local de origem do CAR (Cadastro Ambiental Rural); Moratória da Soja*



IMPULSORES DO DESMATEAMENTO

- O desmatamento no Mato Grosso está ligado aos mercados globais de soja, milho, algodão
- Esses cultivos raramente são feitos em terras recém-desmatadas, mas influenciam o desmatamento, uma vez que aumentam o valor das terras
- Os incentivos do governo para a construção de estradas e criação de gado e a migração devido à escassez de terras em outras partes do Brasil são elementos de grande contribuição para o desmatamento
- Os últimos avanços tecnológicos levaram à intensificação da criação de gado e da produção agrícola, reduzindo a necessidade de novos desmatamentos



\$ Econômico
▣ Tecnologia

House Demografia
Person Social e Cultural

Key Políticas e
Instituições

Circle Alta Contribuição
Icone Contribuição moderada

Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS		<ul style="list-style-type: none"> Lei estadual de REDD aguardando implementação; pouco envolvimento do setor privado Foco atual no cumprimento do Código Florestal em propriedades privadas
INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Moratória da Soja renovada até 2015 Acordo de gado continua Certificação RTRS & ProTerra
FINANÇAS PARA DRBE		<ul style="list-style-type: none"> Financiamento abundante e disponível para investimentos no nível de fazenda, mas de difícil acesso Falta de incentivos positivos para recompensar desempenho nos âmbitos de fazenda, municipalidades e estadual
SISTEMAS DE MONITORAMENTO		<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento nacional do desmatamento de florestas da Amazônia disponível online Sistema Estadual de desmatamento do Cerrado
SEGURANÇA TERRITORIAL DE POVOS INDÍGENA E COMUNIDADES		<ul style="list-style-type: none"> Direitos dos povos indígenas e comunidades à terra reconhecidos pela Constituição Brasileira A maior parte dos territórios são formalmente reconhecidos/demarcados, com importantes exceções
PROCESSOS DE MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS		<ul style="list-style-type: none"> Ausência de diálogo estadual multisectorial de DRBE eficaz Grupo de Trabalho de REDD tem potencial, mas não envolveu o setor privado Diálogos multisectoriais começando a preencher esse papel

INICIAL INTERMEDIÁRIO AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

A diminuição do desmatamento é vulnerável

- Custos de oportunidade:** cinco milhões de hectares de florestas com terra principalmente para a soja
- Fragmentação:** muitas iniciativas projetadas para reduzir o desmatamento, cada uma com sua própria definição de sucesso
- Incentivos:** falta de incentivos positivos para os agricultores e governos locais empenhados em sustentabilidade
- Pequenos proprietários ignorados:** assentamentos da reforma agrária ainda abandonados; parcela crescente de desmatamento

OPORTUNIDADES

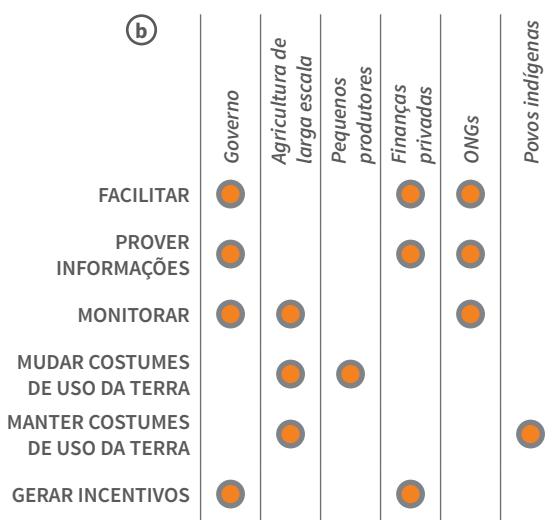
- Novo governador:** Oportunidade de implementar a legislação de REDD e lançar o Fundo REDD com a participação do setor agrícola
- Consenso multisectorial sobre definição de sucesso:** Os setores de soja, carne bovina e finanças em convergência sobre marcos temporais em âmbito estadual para a redução do desmatamento e de infrações trabalhistas, aumentando, ao mesmo tempo, a produtividade

PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

Os processos com partes interessadas são fragmentados entre acordos voluntários (Moratória da Soja, Acordo de Gado), políticas (REDD, Código Florestal, Plano de Zoneamento Ecológico/Econômico), iniciativas de governança (CAR), com um risco crescente de que a implementação do Novo Código Florestal irá absorver a maior parte do tempo e da energia que o governo, as empresas e a sociedade civil têm disponíveis.



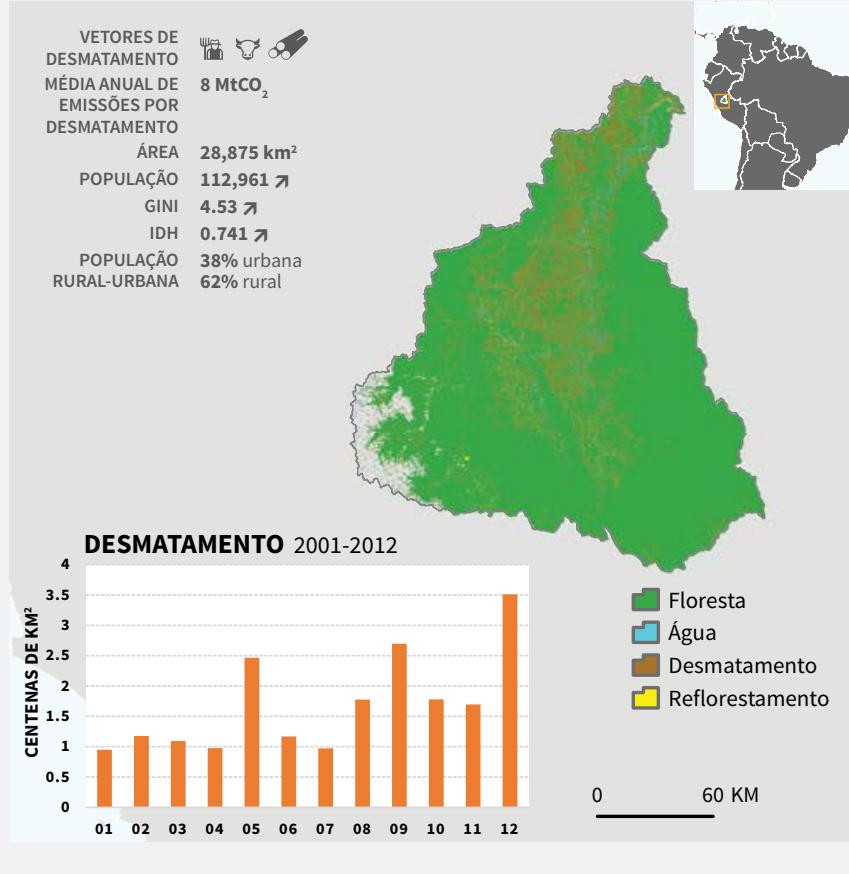
Atores chaves e seu (a) relativo poder de decisão e impacto sobre o desmatamento, assim como (b) potencial papel na transição para o DRBE



destaque em bacia do rio pachitea

VISÃO GERAL DO DRBE

- O Peru tem uma meta nacional de preservar 54 milhões de hectares de florestas e de reduzir a taxa de desmatamento para zero até 2021.
- Falta de estrutura jurídica unificada para REDD+.
- Principais iniciativas inovadoras:
 - As áreas naturais protegidas como a **Reserva da Biosfera de Oxapampa** representam áreas valiosas para promover o planejamento sustentável do uso da terra e a colaboração das partes interessadas.
 - Os governos locais iniciaram a criação de **Planos Coordenados de Desenvolvimento** para melhorar a colaboração entre as diferentes áreas da bacia hidrográfica.



IMPULSORES DO DESMATE

- A expansão das operações de agricultura em pequena escala e de criação de gado em resposta à expansão dos mercados e ao crescimento da população impulsiona o desmatamento.
- A produção ilegal da folha de coca e as operações informais de mineração, exacerbadas pela frágil capacidade de governança e pela insegurança da posse de terras, também contribuem para o desmatamento.



Cada ícone representa uma série de fatores subjacentes aos principais impulsores do desmatamento listados à esquerda (ver Figura 1 para uma descrição detalhada dos fatores subjacentes). Os fatores subjacentes que deram grande contribuição para os principais impulsores são marcados com um círculo em torno do ícone. Os fatores que deram contribuições moderadas, mas ainda importantes, para o impulsor imediato são representados apenas pelo ícone.

PRONTIDÃO PARA DRBE

POLÍTICAS	●	• Implementação de políticas de mudanças climáticas prejudicada por interesses poderosos em atividades que promovem o desmatamento • Lacunas nas políticas de desenvolvimento sustentável • Pouca capacidade institucional de monitoramento e aplicação
INICIATIVAS INOVADORAS DE DRBE	●	• As iniciativas de REDD+ e os programas agroflorestais funcionam isoladamente. • A nova reserva da biosfera, Reserva da Biosfera de Oxapampa-Asháninka-Yánesha (RBOAY), poderia ajudar a reunir diversas iniciativas em um modelo de DRBE
FINANÇAS DE DRBE	●	• Iniciativas federais (ex., Programas Antinarcóticos e de Conservação de Florestas) que investem em parcerias voltadas para a conservação com as comunidades, reforma agrária e agricultura • São necessários incentivos mais positivos por parte dos setores financeiros público e privado
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	●	• Sistema nacional para monitoramento da cobertura florestal por satélite • As organizações da sociedade civil têm um papel importante no mapeamento e monitoramento de territórios indígenas
SEGURANÇA DA POSSE DA TERRA	●	• Os povos e comunidades indígenas têm direitos legais às florestas; no entanto, o governo retém os direitos aos minerais do subsolo • Crescimento da insegurança dos direitos às terras coletivas
PARTES INTERESSADAS	●	• Diálogos com várias partes interessadas associados com a RBOAY e os Planos de Desenvolvimento Conjuntos de Nível Local (província de Oxapampa) nos estágios iniciais

● INICIAL ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

OBSTÁCULOS/RISCOS

- Desconexão política:** a falta de alinhamento entre os governos locais das regiões baixa (Pasco) e alta (Huánuco) da Bacia Hidrográfica do Pachitea impede uma melhor gestão do uso da terra
- Finanças públicas:** o planejamento sustentável atualmente não está integrado aos projetos de desenvolvimento econômico da Bacia Hidrográfica (ou seja, redes rodoviárias e irrigação)
- Incentivos:** incentivos financeiros e outros incentivos insuficientes para estimular a conservação das florestas por meio de sistemas agroflorestais, silvicultura, ecoturismo e mais.

OPORTUNIDADES

- Os diálogos com várias partes interessadas** associados à Reserva da Biosfera de Oxapampa Asháninka Yánesha Biosphere podem ser alinhados com a agenda de DRBE.
- Os Programas Nacionais** (ou seja, programa de Conservação das Florestas; programa MACC para a Selva Central) estão aplicando uma abordagem de várias partes interessadas ao desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica
- Os bancos municipais de crédito** fornecem uma oportunidade de promover a mudança para o uso sustentável da terra caso eles possam adotar critérios apropriados para financiamento de atividades ecologicamente corretas.

PROCESSOS COM VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

A Mancomunidad regional (uma associação de municípios da bacia hidrográfica) ajudou no reconhecimento formal da Reserva da Biosfera de Oxapampa. Essa iniciativa apresenta uma oportunidade de aprimorar a colaboração entre as diferentes regiões e integrar o planejamento de DRBE. Outros distritos da bacia hidrográfica já expressaram o desejo de fazer parte da associação.





A Aliança dos Trópicos Sustentáveis é uma pesquisa estratégica de organizações não governamentais independentes que se baseiam em pesquisas, na atuação de várias partes interessadas e no conhecimento local para criar modelos de desenvolvimento rural com baixas emissões (DRBE) nas

regiões tropicais. Os membros fundadores da Aliança são o Earth Innovation Institute (Brasil, Indonésia, Colômbia), o Pronatura-Sur (México), o Instituto del Bien Común (Peru), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Brasil) e o Movimento Cinturão Verde (Quênia), com colaboração da Foundation for

International Environmental Law & Development. A Aliança procura melhorar os meios de subsistência rurais e o manejo de recursos naturais na importante região dos Trópicos por meio de abordagens inovadoras de DRBE. Essas abordagens enfatizam soluções informadas e projetadas localmente que integram ou possam ampliar as políticas e os programas de nível subnacional e nacional. A Aliança serve como uma plataforma para que os parceiros trabalhem juntos em uma escala global para apoiar as políticas, os arranjos institucionais e os mecanismos do mercado que dão suporte ao desenvolvimento rural sustentável com baixas emissões em toda a região tropical. A força dessa rede está na sua capacidade de compartilhar as lições aprendidas e elaborar coletivamente estratégias de desenvolvimento rural com baixas emissões que possam servir como modelos para outras regiões.



PARA MAIS INFORMAÇÕES <http://earthinnovation.org/our-work/global/sustainable-tropics-alliance/>
CONTATO Claudia Stickler cstickler@earthinnovation.org

**COM APOIO
FINANCEIRO DE**

